

3 — Planos de poupança-reforma/educação (art.º 21.º do EBF)

4 — Outros — Fundos de pensões e outros regimes complementares de segurança social que garantam exclusivamente o benefício de reforma, invalidez ou sobrevivência (art.º 14.º do EBF)

#### **Campo 08 — Subscrição de certificados, contribuições e entregas subsequentes**

Deve indicar-se o valor anual das subscrições, contribuições e/ou entregas subsequentes efectuadas no ano a que se reporta a declaração, por tipo de plano e subscritor.

Este campo só é preenchido se tiverem sido feitas subscrições, contribuições ou entregas no ano a que respeita a declaração.

#### **Campo 09 — Reembolsos**

##### **Data de subscrição dos certificados ou das entregas**

Devem ser preenchidas tantas linhas quantas as operações. Este campo apenas é preenchido no caso de se efectuarem reembolsos no ano a que se reporta a declaração.

##### **Data dos reembolsos**

A data a indicar é a correspondente às dos reembolsos efectuados no ano a que se reporta a declaração. Este campo apenas é preenchido no caso de se efectuarem reembolsos no ano a que se reporta a declaração.

##### **Montante**

O valor dos reembolsos, líquido de retenção, discriminado nas colunas capital e rendimento, deve ser indicado de acordo com as datas de subscrição ou entregas subsequentes.

##### **Códigos**

Os reembolsos devem ser identificados de acordo com os códigos seguintes:

1. Reembolsos cuja tributação obedeça às regras aplicáveis aos rendimentos da categoria H do IRS, quando a sua percepção ocorra sob a forma de prestações regulares e periódicas (alínea a) do n.º 3 do art.º 21.º do EBF);

2. Reembolsos cuja tributação obedeça às regras aplicáveis aos rendimentos da Cat. E do IRS, em caso de reembolso total ou parcial (alínea b) do n.º 3 do art.º 21.º do EBF);
3. Atribuição de reembolsos quando ocorra fora de qualquer uma das situações definidas na lei (n.º 5 do art.º 21.º do EBF);
4. Reembolsos obtidos antes de terem decorrido cinco anos sobre a respectiva entrega, exceptuada a situação de morte do subscritor.

Os códigos atrás referidos devem ser mencionados de acordo com as seguintes regras:

- Reembolso nas condições previstas na lei (D. L. n.º 158/2002, de 2 de Julho), antes de terem decorrido cinco anos  
Códigos 1 e 4 — se o reembolso for realizado em prestações regulares e periódicas;  
Códigos 2 e 4 — se o reembolso for total ou parcial.
- Reembolso nas condições previstas na lei (D. L. n.º 158/2002, de 2 de Junho), se decorridos pelo menos cinco anos  
Código 1 — se o reembolso for realizado em prestações regulares e periódicas;  
Código 2 — se o reembolso for total ou parcial.
- Reembolso *fora* das condições previstas na lei (D. L. n.º 158/2002, de 2 de Junho) e antes de terem decorrido cinco anos — códigos 3 e 4;
- Reembolso *fora* das condições previstas na lei (D. L. n.º 158/2002, de 2 de Junho), depois de decorridos pelo menos cinco anos — código 3.

Quanto às subscrições, contribuições e/ou entregas que foram objecto de reembolso nas condições da alínea c) do n.º 3 do art.º 21.º do EBF, devem ser individualizados os montantes que são qualificados como rendimentos da categoria H do IRS (código 1) e os que constituem rendimentos de capitais (código 2).

## **Portaria n.º 10/2007**

**de 4 de Janeiro**

Nos termos do artigo 57.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, os sujeitos passivos devem apresentar anualmente uma declaração de modelo oficial relativa aos rendimentos do ano anterior.

Para 2007 mostra-se necessário proceder à actualização do modelo da declaração modelo n.º 3 e alguns dos anexos, bem como actualizar as respectivas instruções de preenchimento, visando essencialmente torná-lo mais consentâneo com a implementação do sistema de pré-preenchimento, o que conduz à simplificação e maior eficiência do sistema declarativo, no âmbito das medidas preconizadas pelo Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa do Governo (SIMPLEX 2006).

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro de Estado e das Finanças, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro, e do n.º 1 do artigo 144.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o seguinte:

1.º São aprovados os seguintes novos modelos de impressos a que se refere o n.º 1 do artigo 57.º do Código do IRS:

a) Declaração modelo n.º 3 e respectivas instruções de preenchimento;

b) Anexo A (rendimentos do trabalho dependente e de pensões) e respectivas instruções de preenchimento;

c) Anexo B (rendimentos empresariais e profissionais auferidos por sujeitos passivos abrangidos pelo regime simplificado ou que tenham praticado actos isolados) e respectivas instruções de preenchimento;

d) Anexo C (rendimentos empresariais e profissionais auferidos por sujeitos passivos tributados com base na contabilidade organizada) e respectivas instruções de preenchimento;

e) Anexo D (imputação de rendimentos de entidades sujeitas ao regime de transparência fiscal e de heranças indivisas) e respectivas instruções de preenchimento;

f) Anexo E (rendimentos de capitais) e respectivas instruções de preenchimento;

g) Anexo F (rendimentos prediais) e respectivas instruções de preenchimento;

h) Anexo G (mais-valias e outros incrementos patrimoniais) e respectivas instruções de preenchimento;

i) Anexo G1 (mais-valias não tributadas) e respectivas instruções de preenchimento;

j) Anexo H (benefícios fiscais e deduções) e respectivas instruções de preenchimento;

l) Anexo I (rendimentos de herança indivisa) e respectivas instruções de preenchimento;

m) Anexo J (rendimentos obtidos no estrangeiro) e respectivas instruções de preenchimento.

2.º Os impressos aprovados pela presente portaria devem ser utilizados a partir de 1 de Janeiro de 2007 e destinam-se a declarar os rendimentos dos anos 2001 e seguintes.

3.º Os impressos ora aprovados constituem modelo exclusivo da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., e, quando entregues em suporte de papel, integram original e duplicado, devendo este ser devolvido ao apresentante no momento da recepção, depois de devidamente autenticado.

4.º Os sujeitos passivos de IRS titulares de rendimentos empresariais ou profissionais determinados com base na contabilidade, bem como pelo regime simplificado de tributação, quando o montante líquido desses rendimentos for superior a € 10 000 e não resulte da prática de acto isolado, ficam obrigados a enviar a declaração de rendimentos dos anos 2001 e seguintes por transmissão electrónica de dados.

5.º Para efeitos do disposto no número anterior, o sujeito passivo e o técnico oficial de contas, nos casos em que a declaração deva por este ser assinada, serão identificados por senhas atribuídas pela Direcção-Geral dos Impostos.

6.º Os sujeitos passivos não compreendidos no n.º 5.º podem optar pelo envio da declaração modelo n.º 3 e respectivos anexos por transmissão electrónica de dados.

7.º Os sujeitos passivos que utilizem a transmissão electrónica de dados devem:

a) Efectuar o registo, caso ainda não disponham de senha de acesso, através da página «Declarações electrónicas», no endereço [www.e-financas.gov.pt](http://www.e-financas.gov.pt);

b) Possuir um ficheiro com as características e estrutura de informação, a disponibilizar no mesmo endereço;

c) Efectuar o envio de acordo com os procedimentos indicados na referida página.

8.º Quando for utilizada a transmissão electrónica de dados, a declaração considera-se apresentada na data em que é submetida, sob condição de correcção de eventuais erros no prazo de 30 dias. Se, findo este prazo, não forem corrigidos os erros detectados, a declaração é considerada sem efeito.

Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *Emanuel Augusto dos Santos*, Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, em 2 de Janeiro de 2007.

Modelo n.º 1904 (Edição de 2004, S. A.)

Modelo n.º 1904 (Edição de 2004, S. A.)

Modelo n.º 1904 (Edição de 2004, S. A.)

Modelo n.º 1904 (Edição de 2004, S. A.)

Modelo n.º 1904 (Edição de 2004, S. A.)

Modelo n.º 1904 (Edição de 2004, S. A.)

Modelo n.º 1904 (Edição de 2004, S. A.)

Modelo n.º 1904 (Edição de 2004, S. A.)



**Campo 417.** Devem ser indicadas as importâncias **efectivamente despendidas** pelo pensionista com quotas/síndicas, com exclusão da parte que constitui contrapartida de benefícios relativos à saúde, educação, apoio à terceira idade, habitação, seguros ou segurança social. **A majoração e o limite legal** serão assumidos automaticamente na liquidação do imposto.

**Campo 418.** São declaradas, neste campo, apenas as importâncias auferidas a título de pré-reforma que **respeitem a contratos celebrados até 31/12/2000**, efectuados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 21/97, de 25 de Junho (regime transitório instituído pelo n.º 1 do art. 7.º da Lei n.º 85/2001, de 4 de Agosto), **cujo pagamento tenham sido indicados até essa data**. Nos restantes casos, os rendimentos da pré-reforma devem ser indicados no campo 401.

**Campo 419.** Devem ser declarados os valores correspondentes a contribuições obrigatórias para regimes de protecção social que tenham incidido sobre os rendimentos de pré-reforma declarados no campo 418.

**Campo 420.** Devem ser indicadas as retenções na fonte efectuadas sobre os rendimentos declarados no campo 418.

**Campos 422 e 423.** Devem ser indicadas as datas da celebração do contrato de pré-reforma e do primeiro pagamento relativo a esse contrato.

**Campo 424.** Devem ser indicados os valores recebidos correspondentes a pensões de alimentos.

**QUADRO 6 - RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES INCLUIDOS NO QUADRO 4**

Os sujeitos passivos que tenham auferido rendimentos das categorias A ou H, relativos a anos anteriores (declarados nos campos 401, 414, 418 ou 424), poderão, caso pretendam beneficiar do desagregamento de taxa previsto no art. 74.º do CIRS, indicar, nos campos 501 e 502 (para sujeito passivo A) e 503 e 504 (para sujeito passivo B), o valor desses rendimentos e o número de anos a que respeitam.

**QUADRO 8 - SOCIEDADE CONJUGAL - RENDIMENTOS DO CONJUGE FALECIDO**

Na declaração do ano em que ocorreu o óbito de um dos cônjuges (campo 1 do quadro 7A do rosto da Declaração modelo 3), deverá indicar o rendimento bruto das categorias A ou H e as respectivas contribuições obrigatórias auferidas pelo cônjuge falecido. Os rendimentos devem também ser declarados nos respectivos campos do quadro 4, em nome do cônjuge sobrevivente (sujeito passivo A).

**QUADRO 7 - ENTIDADES PAGADORAS DOS RENDIMENTOS / RETENÇÕES**

Destina-se a identificar as entidades que pagaram rendimentos do trabalho dependente ou pensões (categoria A ou H), referidas nos campos 401, 410, 412, 414, 415 e 418.

As pensões de alimentos (campo 423) não devem ser discriminadas neste quadro.

Assim, **na primeira coluna**, devem identificar-se fiscalmente (NIF) as entidades que pagaram ou colocaram à disposição os rendimentos mencionados no quadro 4, tendo em conta que a sua indicação deve efectuar-se por cada titular, seguindo a ordem pela qual se encontram definidos e codificados na declaração modelo 3 (rosto), tal como se exemplifica na parte final destas instruções.

A indicação dos rendimentos por cada uma das entidades atrás mencionadas implica que, **na segunda coluna**, se mencione o campo do quadro 4 em que se encontra declarado o rendimento em causa, tal como se exemplifica na parte final destas instruções.

**Na terceira coluna**, devem indicar-se as situações dos rendimentos, os quais devem ser identificados através dos seguintes códigos:

A = Sujeito passivo A;  
B = Sujeito passivo B.

Os dependentes devem ser identificados conforme se exemplifica, tendo em conta a posição assumida para cada um dos quadros 3B ou 3C da declaração modelo 3 (rosto).

D1 = Dependente não deficiente      DD1 = Dependente deficiente  
D2 = Dependente não deficiente      DD2 = Dependente deficiente

Na **quarta coluna**, deve indicar-se o valor do rendimento pago ou colocado à disposição pela entidade identificada na primeira coluna.

Na **quinta coluna**, devem indicar-se os valores das retenções que incidiram sobre os rendimentos mencionados na coluna anterior.

**Exemplos:**

4 RENDIMENTOS DO TRABALHO DEPENDENTE E/OU PENSÕES OBTIDOS EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS				
RENDIMENTOS	RETENÇÕES	DEDUÇÕES	SUJEITO PASSIVO A	SUJEITO PASSIVO B
<b>TRABALHO DEPENDENTE</b>				
Rendimento bruto	401	-	5.000,00	2.500,00
Retenções na fonte de IRS	402	-	1.000,00	500,00
<b>PENSÕES E RENDAS</b>				
Pensões	414	-	2.000,00	-
Rendas temporárias e vitalícias	415	-	1.000,00	-
Retenções na fonte de IRS	416	-	1.000,00	-

7 ENTIDADES PAGADORAS DOS RENDIMENTOS / RETENÇÕES				
NIF DA ENTIDADE PAGADORA	CAMPO DO QUADRO 4	TITULAR	RENDIMENTOS	RETENÇÕES
5 0 0 0 0 0 0 0 0 1	4 0 1	A	2.000,00	400,00
5 0 0 0 0 0 0 0 0 3	4 0 1	A	3.000,00	600,00
5 0 0 0 0 0 0 0 0 0	4 1 4	A	2.000,00	-
5 0 0 0 0 0 0 0 0 1	4 1 5	A	1.000,00	-
5 0 0 0 0 0 0 0 0 5	4 0 1	B	2.500,00	500,00

**Assinaturas**

O anexo deve ser assinado pelos sujeitos passivos ou por um seu representante ou gestor de negócios. A falta de assinatura é motivo de recusa da declaração.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS**

**DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS**

**MODELO 3 Anexo B**

**1 RENDIMENTOS DA CATEGORIA B REGIME SIMPLIFICADO/ACTO ISOLADO**

Regime Simplificado de Tributação 01 ☐  
Acto Isolado 02 ☐  
Profissionais, Comerciais e Industriais 03 ☐  
Agricultores, Silvicultores e Pecuários 04 ☐

**2 ANO DOS RENDIMENTOS**

05 2

**3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)**

Sujeito passivo A NIF 06

Sujeito passivo B NIF 07

**A IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DO RENDIMENTO**

NÚMERO FISCAL DE CONTRIBUENTE 08

Este anexo respeita à actividade de herança indivisa? SIM 1 ☐ NÃO 2 ☐

Se assinalou SIM, indique o NIPC e não preencha o campo 08 NIPC 09

CÓDIGO DA TABELA DE ACTIVIDADES ART. 151.º DO CIRS 10

CÓDIGO CAE (RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS) 11

CÓDIGO CAE (RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS) 12

**B POSSUI ESTABELECIMENTO ESTÁVEL? SIM 13 ☐ NÃO 14 ☐**

**4 RENDIMENTOS BRUTOS (OBTIDOS EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS)**

**A RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS RENDIMENTO ILÍQUIDO**

Vendas de mercadorias e produtos 401 - - -  
Prestações de serviços de actividades hoteleiras, restauração e bebidas 402 - - -  
Outras prestações de serviços e outros rendimentos (inclui mais-valias) 403 - - -  
Propriedade intelectual 404 - - -  
Rendimentos de actividades financeiras (Códigos CAE iniciados por 65, 66 ou 67) 405 - - -  
SOMA (401 + 402 ... + 405) - - -  
ENCARGOS - - -  
Custo das existências vendidas ou consumidas (vide instruções) 406 - - -  
Despesas gerais (Quadro 9 - vide instruções) 407 - - -  
SOMA (406 + 407) - - -  
ENCARGOS - - -  
Custo das existências vendidas ou consumidas (vide instruções) 413 - - -  
Despesas gerais (Quadro 9 - vide instruções) 414 - - -  
SOMA (413 + 414) - - -  
**C OPÇÃO PELA APLICAÇÃO DAS REGRAS DA CATEGORIA A**  
A totalidade dos rendimentos auferidos resulta de serviços prestados a uma única entidade? Sim 1 ☐ Não 2 ☐  
Em caso afirmativo, opta pela tributação segundo as regras estabelecidas para a categoria A? Sim 3 ☐ Não 4 ☐  
**D TRANSMISSÃO ONEROSA DE IMÓVEIS**  
Indique a diferença positiva entre o valor definitivo, base para a liquidação do IMT, e o valor de venda dos imóveis:  
Existências (Campo 401) 416 - - - Imobilizado (Campos 403 até 410) 417 - - -  
Houve alienação de imóveis? Sim 1 ☐ Não 2 ☐  
N.º de imóveis ou fracções alienadas 418   
**5 OPÇÃO PELA TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA DOS AGENTES DESPORTIVOS**  
RENDIMENTOS ILÍQUIDOS PROVENIENTES DA ACTIVIDADE DESPORTIVA 501 - - -

**6 ACRÉSCIMOS AO RENDIMENTO - ART. 36.º, N.º 3, DO CIRS**

Mais-valias na alienação de parte social 601 - - -  
Ganhos suspensos correspondentes à transmissão da totalidade do património, majorados em 15% por cada ano ou fracção 602 - - -  
Soma - - -

**7 DEDUÇÕES À COLECTA**

Rendimentos sujeitos a retenção Retenções na fonte Pagamentos por conta Crédito de imposto (2001)

701 - - - 702 - - - 703 - - - 704 - - -

**IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES QUE EFECTUARAM AS RETENÇÕES E RESPECTIVOS VALORES**

NIF		VALOR	NIF		VALOR
705	-	-	711	-	-
706	-	-	712	-	-
707	-	-	713	-	-
708	-	-	714	-	-
709	-	-	715	-	-
710	-	-	716	-	-

**8 PREJUÍZOS FISCAIS A DEDUZIR EM CASO DE SUCESSÃO POR MORTE**

VERIFICANDO-SE A SITUAÇÃO PREVISTA NO ART. 37.º DO CIRS, IDENTIFIQUE O AUTOR DA SUCESSÃO:

ANO	RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS
802	-	814
803	-	815
804	-	816
805	-	817
806	-	818
807	-	819

NÚMERO FISCAL DE CONTRIBUENTE 801

**9 DESPESAS GERAIS (vide instruções)**

RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS
901	910
902	911
903	912
904	913
905	914
906	915
907	916
908	917

Soma - - -

**10 TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA**

Despesas confidenciais ou não documentadas - art. 73.º, n.º 1, do CIRS 1001 - - -  
Importâncias pagas a não residentes - art. 73.º, n.º 6, do CIRS 1002 - - -  
Soma - - -

**11 TOTAL DAS VENDAS / PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS**

Do Ano N	Do Ano N-1	Do Ano N-2
1101	1103	1105
1102	1104	1106

**12 CESSAÇÃO DA ACTIVIDADE**

Sim 1 ☐ Não 2 ☐ Em caso afirmativo indique a data: 3  Ano  Mês  Dia

**DATA**

**O DECLARANTE, REPRESENTANTE LEGAL OU GESTOR DE NEGÓCIOS**

Assinatura

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS**

**DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS**

**MODELO 3 Anexo B**

**1 RENDIMENTOS DA CATEGORIA B REGIME SIMPLIFICADO/ACTO ISOLADO**

Regime Simplificado de Tributação 01 ☐  
Acto Isolado 02 ☐  
Profissionais, Comerciais e Industriais 03 ☐  
Agricultores, Silvicultores e Pecuários 04 ☐

**2 ANO DOS RENDIMENTOS**

05 2

**3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)**

Sujeito passivo A NIF 06

Sujeito passivo B NIF 07

**A IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DO RENDIMENTO**

NÚMERO FISCAL DE CONTRIBUENTE 08

Este anexo respeita à actividade de herança indivisa? SIM 1 ☐ NÃO 2 ☐

Se assinalou SIM, indique o NIPC e não preencha o campo 08 NIPC 09

CÓDIGO DA TABELA DE ACTIVIDADES ART. 151.º DO CIRS 10

CÓDIGO CAE (RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS) 11

CÓDIGO CAE (RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS) 12

**B POSSUI ESTABELECIMENTO ESTÁVEL? SIM 13 ☐ NÃO 14 ☐**

**4 RENDIMENTOS BRUTOS (OBTIDOS EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS)**

**A RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS RENDIMENTO ILÍQUIDO**

Vendas de mercadorias e produtos 401 - - -  
Prestações de serviços de actividades hoteleiras, restauração e bebidas 402 - - -  
Outras prestações de serviços e outros rendimentos (inclui mais-valias) 403 - - -  
Propriedade intelectual 404 - - -  
Rendimentos de actividades financeiras (Códigos CAE iniciados por 65, 66 ou 67) 405 - - -  
SOMA (401 + 402 ... + 405) - - -  
ENCARGOS - - -  
Custo das existências vendidas ou consumidas (vide instruções) 406 - - -  
Despesas gerais (Quadro 9 - vide instruções) 407 - - -  
SOMA (406 + 407) - - -  
ENCARGOS - - -  
Custo das existências vendidas ou consumidas (vide instruções) 413 - - -  
Despesas gerais (Quadro 9 - vide instruções) 414 - - -  
SOMA (413 + 414) - - -  
**C OPÇÃO PELA APLICAÇÃO DAS REGRAS DA CATEGORIA A**  
A totalidade dos rendimentos auferidos resulta de serviços prestados a uma única entidade? Sim 1 ☐ Não 2 ☐  
Em caso afirmativo, opta pela tributação segundo as regras estabelecidas para a categoria A? Sim 3 ☐ Não 4 ☐  
**D TRANSMISSÃO ONEROSA DE IMÓVEIS**  
Indique a diferença positiva entre o valor definitivo, base para a liquidação do IMT, e o valor de venda dos imóveis:  
Existências (Campo 401) 416 - - - Imobilizado (Campos 403 até 410) 417 - - -  
Houve alienação de imóveis? Sim 1 ☐ Não 2 ☐  
N.º de imóveis ou fracções alienadas 418   
**5 OPÇÃO PELA TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA DOS AGENTES DESPORTIVOS**  
RENDIMENTOS ILÍQUIDOS PROVENIENTES DA ACTIVIDADE DESPORTIVA 501 - - -

**6 ACRÉSCIMOS AO RENDIMENTO - ART. 36.º, N.º 3, DO CIRS**

Mais-valias na alienação de parte social 601 - - -  
Ganhos suspensos correspondentes à transmissão da totalidade do património, majorados em 15% por cada ano ou fracção 602 - - -  
Soma - - -

**7 DEDUÇÕES À COLECTA**

Rendimentos sujeitos a retenção Retenções na fonte Pagamentos por conta Crédito de imposto (2001)

701 - - - 702 - - - 703 - - - 704 - - -

**IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES QUE EFECTUARAM AS RETENÇÕES E RESPECTIVOS VALORES**

NIF		VALOR	NIF		VALOR
705	-	-	711	-	-
706	-	-	712	-	-
707	-	-	713	-	-
708	-	-	714	-	-
709	-	-	715	-	-
710	-	-	716	-	-

**8 PREJUÍZOS FISCAIS A DEDUZIR EM CASO DE SUCESSÃO POR MORTE**

VERIFICANDO-SE A SITUAÇÃO PREVISTA NO ART. 37.º DO CIRS, IDENTIFIQUE O AUTOR DA SUCESSÃO:

ANO	RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS
802	-	814
803	-	815
804	-	816
805	-	817
806	-	818
807	-	819

NÚMERO FISCAL DE CONTRIBUENTE 801

**9 DESPESAS GERAIS (vide instruções)**

RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS
901	910
902	911
903	912
904	913
905	914
906	915
907	916
908	917

Soma - - -

**10 TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA**

Despesas confidenciais ou não documentadas - art. 73.º, n.º 1, do CIRS 1001 - - -  
Importâncias pagas a não residentes - art. 73.º, n.º 6, do CIRS 1002 - - -  
Soma - - -

**11 TOTAL DAS VENDAS / PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS**

Do Ano N	Do Ano N-1	Do Ano N-2
1101	1103	1105
1102	1104	1106

**12 CESSAÇÃO DA ACTIVIDADE**

Sim 1 ☐ Não 2 ☐ Em caso afirmativo indique a data: 3  Ano  Mês  Dia

**DATA**

**O DECLARANTE, REPRESENTANTE LEGAL OU GESTOR DE NEGÓCIOS**

Assinatura

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS**

**DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS**

**MODELO 3 Anexo B**

**1 RENDIMENTOS DA CATEGORIA B REGIME SIMPLIFICADO/ACTO ISOLADO**

Regime Simplificado de Tributação 01 ☐  
Acto Isolado 02 ☐  
Profissionais, Comerciais e Industriais 03 ☐  
Agricultores, Silvicultores e Pecuários 04 ☐

**2 ANO DOS RENDIMENTOS**

05 2

**3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)**

Sujeito passivo A NIF 06

Sujeito passivo B NIF 07

**A IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DO RENDIMENTO**

NÚMERO FISCAL DE CONTRIBUENTE 08

Este anexo respeita à actividade de herança indivisa? SIM 1 ☐ NÃO 2 ☐

Se assinalou SIM, indique o NIPC e não preencha o campo 08 NIPC 09

CÓDIGO DA TABELA DE ACTIVIDADES ART. 151.º DO CIRS 10

CÓDIGO CAE (RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS) 11

CÓDIGO CAE (RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS) 12

**B POSSUI ESTABELECIMENTO ESTÁVEL? SIM 13 ☐ NÃO 14 ☐**

**4 RENDIMENTOS BRUTOS (OBTIDOS EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS)**

**A RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS RENDIMENTO ILÍQUIDO**

Vendas de mercadorias e produtos 401 - - -  
Prestações de serviços de actividades hoteleiras, restauração e bebidas 402 - - -  
Outras prestações de serviços e outros rendimentos (inclui mais-valias) 403 - - -  
Propriedade intelectual 404 - - -  
Rendimentos de actividades financeiras (Códigos CAE iniciados por 65, 66 ou 67) 405 - - -  
SOMA (401 + 402 ... + 405) - - -  
ENCARGOS - - -  
Custo das existências vendidas ou consumidas (vide instruções) 406 - - -  
Despesas gerais (Quadro 9 - vide instruções) 407 - - -  
SOMA (406 + 407) - - -  
ENCARGOS - - -  
Custo das existências vendidas ou consumidas (vide instruções) 413 - - -  
Despesas gerais (Quadro 9 - vide instruções) 414 - - -  
SOMA (413 + 414) - - -  
**C OPÇÃO PELA APLICAÇÃO DAS REGRAS DA CATEGORIA A**  
A totalidade dos rendimentos auferidos resulta de serviços prestados a uma única entidade? Sim 1 ☐ Não 2 ☐  
Em caso afirmativo, opta pela tributação segundo as regras estabelecidas para a categoria A? Sim 3 ☐ Não 4 ☐  
**D TRANSMISSÃO ONEROSA DE IMÓVEIS**  
Indique a diferença positiva entre o valor definitivo, base para a liquidação do IMT, e o valor de venda dos imóveis:  
Existências (Campo 401) 416 - - - Imobilizado (Campos 403 até 410) 417 - - -  
Houve alienação de imóveis? Sim 1 ☐ Não 2 ☐  
N.º de imóveis ou fracções alienadas 418   
**5 OPÇÃO PELA TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA DOS AGENTES DESPORTIVOS**  
RENDIMENTOS ILÍQUIDOS PROVENIENTES DA ACTIVIDADE DESPORTIVA 501 - - -

**6 ACRÉSCIMOS AO RENDIMENTO - ART. 36.º, N.º 3, DO CIRS**

Mais-valias na alienação de parte social 601 - - -  
Ganhos suspensos correspondentes à transmissão da totalidade do património, majorados em 15% por cada ano ou fracção 602 - - -  
Soma - - -

**7 DEDUÇÕES À COLECTA**

Rendimentos sujeitos a retenção Retenções na fonte Pagamentos por conta Crédito de imposto (2001)

701 - - - 702 - - - 703 - - - 704 - - -

**IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES QUE EFECTUARAM AS RETENÇÕES E RESPECTIVOS VALORES**

NIF		VALOR	NIF		VALOR
705	-	-	711	-	-
706	-	-	712	-	-
707	-	-	713	-	-
708	-	-	714	-	-
709	-	-	715	-	-
710	-	-	716	-	-

**8 PREJUÍZOS FISCAIS A DEDUZIR EM CASO DE SUCESSÃO POR MORTE**

VERIFICANDO-SE A SITUAÇÃO PREVISTA NO ART. 37.º DO CIRS, IDENTIFIQUE O AUTOR DA SUCESSÃO:

ANO	RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS
802	-	814
803	-	815
804	-	816
805	-	817
806	-	818
807	-	819

NÚMERO FISCAL DE CONTRIBUENTE 801

**9 DESPESAS GERAIS (vide instruções)**

RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS
901	910
902	911
903	912
904	913
905	914
906	915
907	916
908	917

Soma - - -

**10 TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA**

Despesas confidenciais ou não documentadas - art. 73.º, n.º 1, do CIRS 1001 - - -  
Importâncias pagas a não residentes - art. 73.º, n.º 6, do CIRS 1002 - - -  
Soma - - -

**11 TOTAL DAS VENDAS / PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS**

Do Ano N	Do Ano N-1	Do Ano N-2
1101	1103	1105
1102	1104	1106

**12 CESSAÇÃO DA ACTIVIDADE**

Sim 1 ☐ Não 2 ☐ Em caso afirmativo indique a data: 3  Ano  Mês  Dia

**DATA**

**O DECLARANTE, REPRESENTANTE LEGAL OU GESTOR DE NEGÓCIOS**

Assinatura

# INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

**ANEXO B**

Destina-se a declarar rendimentos empresariais e profissionais (categorias B), ainda que sujeitos à tributação autónoma, tal como são definidos no art. 3.<sup>a</sup> do CIRS, que devam ser tributados segundo o regime simplificado, bem como os decorrentes de actos isolados ou dos referidos no n.º 3 do art. 38.<sup>a</sup> do mesmo diploma.

**■ QUEM DEVE APRESENTAR O ANEXO B**

O titular de rendimentos tributáveis na categoria B (rendimentos empresariais e profissionais), o cabeça-de-família ou administrador de herança indivisa que produzida rendimentos dessa categoria, nas seguintes situações:

- Quando se encontre abrangido pelo regime simplificado [inclui a opção de tributação pelas regras da categoria A e os rendimentos acessórios];
- Quando os rendimentos resultem da prática de acto isolado tributado na categoria B;
- Quando form dígitos gerais resultantes da transmissão onerosa de partes de capital a que se refere o n.º 3 do art. 38.<sup>a</sup> do CIRS.

Este Anexo é individual e, em cada um, apenas podem constar os elementos respeitantes a um titular, o qual deverá englobar a totalidade dos rendimentos obtidos em território português, através dos obitos fora deste declarados, exclusivamente, ao ano J.

A obrigação de apresentação desse anexo mantém-se enquanto não for decretada a cessação de actividade ou não transitar para o regime de contabilidade organizada.

**■ QUANDO É ONDE DEVE SER PRESENTADO O ANEXO B**

Nos prazos e locais previstos para apresentação da declaração de rendimentos modelo J, da qual faz parte integrante.

Porém, se o total dos rendimentos obtidos for superior a € 10 000 a declaração deve ser enviada pela internet.

**QUADRILHO 1 REGIME SIMPLIFICADO / ACTO ISOLADO**

NATUREZA DOS RENDIMENTOS

Os campos 01 e 02 podem ser assinalados simultaneamente.

**Campo 01 – E** assinalando por quem exerce a actividade e está abrangido pelo regime simplificado, nele incluindo os rendimentos acessórios, ainda que o titular dos rendimentos opte pela aplicação das regras da categoria A.

**Campo 02 – F** assinalando se a totalidade do rendimento declarado no quadrado 4 para proveniente de acto isolado.

**Campo 03 – D e G** Deverá ser assinalado o campo correspondente à natureza dos rendimentos declarados. Se o titular dos rendimentos exercer simultaneamente as actividades agrupadas nos campos 03 e 04 deverá assinalar os dois campos, identificando as actividades, através dos respectivos códigos, nos campos 10, 11 e 12 do quadro 3A.

**QUADRILHO 3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(O'S) PASSIVO(AS)**

A identificação dos sujeitos passivos (campos 06 e 07) deve respeitar a posição assumida para cada um no Quadro 3A do rosto da declaração modelo J.

**QUADRILHO 3A IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DOS RENDIMENTOS**

**Campo 08** - Destina-se à identificação fiscal do titular dos rendimentos declarados (seguir passo A, sujeito passivo B dependente).

**Campo 09** - É reservado à identificação da herança indivisa, feita através da indicação do número de identificação atribuído a pessoa colectiva que foi herdeira (NIPC), quando para assinalamento o campo 01, não devendo ser preenchido o campo 08.

**Campo 10** - Deve conter o código de identificação pessoal do contribuinte, caso este seja diferente do dígito não tiver sido atribuído número de identificação a herança, poderá ser indicado o nº 08, o número de identificação fiscal do autor da herança.

**Campo 3B** - Deve ser inscrito o código da Tabella de Actividades, a que se refere o art. 151.<sup>o</sup> do CIRS, publicada pela Portaria n.º 101/2001, do 21 de Agosto, sob o título "Tabela de Actividade Económica". Caso se trate de actividade não prevista nessa Tabela, deve ser preenchido o campo 11 com a indicação do Código CAE que lhe corresponda.

Preencher simultaneamente preenchidos os campos 10, 11 e 12 se forem diferentes, pelo titular dos rendimentos, as diferentes actividades reais realizadas.

**QUADRILHO 4 DECLARAÇÃO BRUTOS (ORBITOS EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS)**

Devem ser rendimentos os **rendimentos brutos**, quer sejam provenientes de actos isolados ou do exercício de actividades profissionais ou empresariais, ainda que tenham origem em operações sujeitas ao IVA.

Anexar, aos valores a inscrever nos campos 401 a 414 deverão corresponder à **totalidade dos rendimentos líquidos auferidos pelo respectivo titular**. Poderão resultar de uma prática profissional ou empresarial, mas também de outras fontes, nomeadamente, **cumulação do total** dos rendimentos brutos auferidos, sendo a partir dos rendimentos íntegros, nos termos do art. 16.<sup>o</sup> do Estatuto dos Benefícios Fiscais, automaticamente na liquidação do imposto.

A **determinação dos rendimentos tributáveis**, excluindo-se, à Administração Tributária, a qual fará a aplicação dos coeficientes previstos no art. 31.<sup>o</sup> do CIRS, caso não se verifique:

- Acto isolado;
- Rendimentos livres;
- Ou tenha sido exercida a opção pela tributação segundo as regras da categoria A.

Assim, tratando-se de rendimentos provenientes de acto isolado ou de rendimentos acessórios, serão consideradas as despesas deduzidas nos campos 406 e 407 ou 413 e 414 com as imputações previstas no art. 33.<sup>o</sup> do CIRS.

Consideram-se rendimentos provenientes do **acto isolado** os que, não representando mais de 50 % dos restantes rendimentos do sujeito passivo, quando o dever, não resultarem de uma prática profissional ou empresarial, nem de outra fonte, designadamente, de subsídios ou subvenções, indemnizações e de cessão de exploração);

Consideram-se **rendimentos acessórios** os que não exceedam 50% do valor total dos rendimentos brutos englobados do titular ou do seu agregado, desde que, no respectivo ano, não ultrapassaram os limites estabelecidos no artigo 31.º do CIRS.

a) Metade do valor anual do salário mínimo nacional mais elevado, tratando-se dos rendimentos tributáveis nas alíneas b) i) e ii) do n.º 1 do art. 3.º do CIRS (derivados de prestação de serviços e da propriedade intelectual), ou outros rendimentos inscritos nas alíneas a) i) e ii) do p.º 2 do mesmo artigo rendimentos previdenciais, capitais de risco, juros, dividendos, de subsídios ou subvenções, indemnizações e de cessão de exploração);

b) o valor anual do salário mínimo nacional mais elevado, tratando-se de vendas, isoladamente ou em conjunto com os rendimentos referidos na alínea anterior.

Na transmissão herdosa de direitos **nã sobre bens imóveis**, a venda para realização a considerará será a venda do venduto, ou, se superior, o valor patrimonial definitivo que serviu de base para efeitos de IMI, ou que servirá, no caso de não haver lugar a essa liquitação (art. 31.ª-A do CIRS), caso em que terá de preencher também o formulário complementar de informações adicionais relativas às declarações de rendimentos.

Se o referido valor patrimonial definitivo vier a ser conhecido após a entrega da declaração e se for superior ao valor nesta declarado, deverá ser apresentada declaração rectificativa, onde se terão de indicar os dados relativos ao aumento do valor patrimonial definitivo, assim como os montantes dos rendimentos devidos devido ao facto de a venda ter sido considerada a considerar no campos 401, 403 e 414 até ao valor patrimonial definitivo, devendo ser preenchido também o quadro 4AD.

No caso 406, 407, 413 e 414 correspondentes aos rendimentos encargos só devem ser preenchidos se os rendimentos foram provenientes de acto isolado ou qualificados como “acessórios” (v. n.º 6 do art. 31.º do CIRS).

**QUADRILHO 4A RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS**

Devem ser incluídos os rendimentos brutos decorrentes do exercício de actividades comerciais, mercantis e industriais, ou de actos isolados dessa natureza, tal como são definidos nos arts. 3.º e 4.º do CIRS.

o campo 405 deve ser preenchido se tiverem sido obtidos rendimentos decorrentes da exercício de actividades financeiras (CAE indicado no 65, 66 ou 67) na Região Autónoma dos Açores, conforme decidido pela Comissão Europeia C(2002) 4487, de 11 de Dezembro de 2002.

**Campo 404** – Destina-se à indicação dos rendimentos auferidos pelo **proprietário intelectual** ou industrial ou da prestação de informações prestadas numa suíte informática adquirida no sector industrial, comercial ou científico, **quando auferidas pela titular optante**.

Os rendimentos da propriedade literária, artística e científica, auferidos por autores residentes em território português que beneficiem da isenção prevista no art. 58.º do Estatuto das Beneficências Fiscais, serão indicados por 50,0 % do seu valor. O valor restante, a declarar no quadro 3 do anexo R, não pode ultrapassar € 27.794, pelo que o excedente deve ser indicado neste campo.

Deverá ser indicado o valor em forma o titular que seja **definitivo**, visto que a isenção a que tem direito por esse facto é assumida automaticamente na liquidação do imposto.

Os encargos previstos nos artigos 407, 413 e 414 do CIRPS são considerados nas situações em que o rendimento for considerado acessório ou por proveniente de acção isolada, sendo o respectivo encargo efectuado pela Administração Tributária, de acordo com a legislação em vigor.

---

**QUADRO 4B – RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIAS**

Deverá ser indicados os rendimentos brutos decorrentes do exercício de actividades agrícolas, silvícolas e pecuárias ou de actos isolados dessa natureza, tal como são definidos no art. 4.º do CIRPS.

---

**QUADRO 4C – OPÇÃO PARA APLICAÇÃO DAS REGRAS DA CATEGORIA A**

É permitida a opção de tributação pelas regras estabelecidas para a Categoria A quando a totalidade dos rendimentos auferidos e declarados no quadro 4 resulte de rendimentos sujeitos a uma única taxa de imposto, relativamente a uma única actividade, relativamente a uma única região da contabilidade organizada ou no decurso da prática de acção isolada. Este quadro destina-se à formalização dessa opção, a qual se manterá por um período de três anos, caso se verifiquem os respectivos pressupostos.

---

**QUADRO 4D – TRANSMISSÃO ONEROSA DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS (ART. 31.º-A – CIRPS)**

A primeira parte deste quadro deve ser preenchida, **apenas**, nos casos em que o valor a realizar se alicia consideravelmente a alienação de direitos reais sobre bens imóveis, nos quadros 4A ou 4B, quer se trate de transmissão de existências, quer da determinação de mais-valias de bens do activo imobilizado, seja o valor patrimonial definitivo considerado para efeitos do IMT por ser superior ao valor de venda.

**Campo 416** – Destina-se a indicar a diferença positiva entre o valor patrimonial definitivo considerado para efeitos do IMT e o valor de venda, relativamente a imóveis que façam parte das existências.

**Campo 417** – Destina-se a indicar a diferença positiva entre o valor patrimonial definitivo considerado para efeitos do IMT e o valor de venda, relativamente a imóveis que façam parte do activo imobilizado.

Na segunda parte deste quadro deve indicar no campo 1 ou 2, respectivamente, se houve ou não alienação de direitos reais sobre bens imóveis. Em caso afirmativo, deve indicar, no campo 418, o número de imóveis ou fracções alienados no ano a que se reporta a declaração.

---

**QUADRO 4E – OPÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO AUTÓNOMA DOS AGENTES DESPORTIVOS**

**Campo 501** – Deverá ser declarados os rendimentos líquidos auferidos exclusivamente pela prática de actividades desportivas, pelos agentes desportivos que optem pela tributação autónoma.

---

**QUADRO 4F – ACRÉSCIMOS AO RENDIMENTO – ART. 38.º N.º 3, DO CIRPS**

São declaradas neste quadro as mais-valias resultantes da alienação das partes de capital recebidas como contrapartida da transmissão do património profissional ou empresarial, nos termos do 1.º do n.º 1 do art. 38.º do CIRPS, se a alienação ocorrer antes de decorridos cinco anos da data da referida transmissão. Neste caso também são declaradas as mais-valias resultantes da transmissão da tributação, relativamente à transmissão da totalidade do património afecto ao exercício da actividade empresarial e profissional, realizados em 15 de por cada ano, ou fracção, decorrida desde aquele em que se verificou a entrada do património para realização da prática da sociedade. Os valores inteiros resultem quando **não** devêrem ser mencionados no quadro 4.

---

**QUADRO 7 F – DEDUÇÕES A COLECTA**

**Campo 701 e 702** – Deverá ser indicados os rendimentos líquidos (incluindo adições e deduções) sujeitos a retenção, bem como as respectivas retenções na fonte que tiverem sido foram efectuadas.

**Campo 703** – Deve ser declarado o valor total dos pagamentos por conta efectuados durante o ano.

**Campo 704** – Se a declaração respeitar ao ano de 2001, será de indicar o crédito de imposto a que o titular dos rendimentos tenha direito, de acordo com o que dispunha o art. 80.º do CIRPS, revogado pelo Lei n.º 109-2001, de 27 de Dezembro.

**Campo 705 e 716** – Sempre que se indiquem valores de retenções no campo 702, deve proceder-se à identificação das entidades que efectuaram as retenções através da declaração de retenção.

---

**QUADRO 8 – PREJUIZOS FISCAIS A DEDUZIR EM CASO DE SUCESSÃO POR MORTE**

Sendo o indicar, **apenas**, os prejuízos, gerados em vida do autor da herança, e ainda não deduzidos, os quais, uma vez declarados pelos sucessores no anexo respeitante ao ano do óbito do autor da herança, serão deduzidos no ano seguinte, os prejuízos do ano do óbito.

Para esse efeito é indispensável o preenchimento do campo 801, identificando o autor da sucessão e indicando, por ano, os montantes dos prejuízos apurados nos últimos seis anos (ou últimos sete anos se os prejuízos apurados nos anos de 2000 e anteriores) que ainda não tiverem sido deduzidos, na respectiva categoria, para o ano de 2001 (art. 101.º do CIRPS).

Os valores inteiros resultam quando não, na redacção atrás mencionada, serão assumidos automaticamente na liquidação do IRS.

---

**QUADRO 9 – DESPESAS GERAIS**

Destina-se à inscrição das despesas suportadas no exercício de actividades empresariais e profissionais, as quais só serão tomadas em consideração, na determinação do rendimento líquido, se respeitarem a prática de acção isolada, a rendimentos – acessórios ou em caso de opção pelas regras da categoria A.

Se a declaração respeitar ao ano de 2001, deverá ser especificado entre os limites que estavam consagrados no n.º 1 do art. 23.º do CIRPS, na redacção do Decreto-Lei n.º 186/2001, de 3 de julho, na parte respeitante aos encargos suportados com viaturas ligadas de passageiros, molhos e molhados, os quais serão inscritos por ano de 2001 (art. 101.º do CIRPS).

Os valores inteiros resultam quando não, na redacção atrás mencionada, serão assumidos automaticamente na liquidação do IRS.

---

**QUADRO 10 – TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA**

São declaradas neste quadro os montantes das despesas sujeitas a tributação autónoma, nos termos do art. 73.º n.º 1 e 6, do CIRPS, caso o titular dos rendimentos disponha de contabilidade organizada.

---

**QUADRO 11 – TOTAL DAS VENDAS/PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS**

Deve ser indicado o **total** das vendas separadamente do total das prestações de serviços e de outros rendimentos, sujeitos a imposto, incluindo os que se encontram isentos, obtidos no ano a que se refere a declaração, bem como aos dois anos imediatamente anteriores.

---

**QUADRO 12 – CESSAÇÃO DA ACTIVIDADE**

Os campos 1 ou 2 são de preenchimento obrigatório. Se for assinado o campo 1, deverá ser indicada a data em que a cessação ocorreu no ano 2003. O campo 12 indica o período de liquidação dos rendimentos da actividade da declaração de cessação a que se refere o art. 112.º do CIRPS.

---

**Assinaturas**

O anexo deve ser assinado pelo titular dos rendimentos ou por um seu representante ou gestor de negócios. A falta de assinatura é motivo de recusa da declaração.

[illegible][illegible]

**DISCRIMINAÇÃO DOS ENCARGOS – ART. 33.º, N.º 1, ALÍNEA A) A Q), DO CIRS (SÓ PARA O ANO DE 2001)**

	TOTAL DAS DESPESAS			CORREÇÕES			CUSTO FISCAL		
Encargos suportados com viaturas	601	-	-	006	-	-	611	-	-
Despesas de representação	602	-	-	007	-	-	612	-	-
Despesas de valorização profissional	603	-	-	008	-	-	613	-	-
Deslocações, viagens e estadas	604	-	-	009	-	-	614	-	-
	605	-	-	010	-	-	615	-	-
Soma	606	-	-	011	-	-	616	-	-
TOTAL DOS PROVEITOS SUJEITOS A TRIBUTAÇÃO E NÃO ISENTOS X 25% =									
	7	-	-		-	-		-	-

**LÚCROS REINVESTIDOS POR RESIDENTES NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

LÚCROS REINVESTIDOS NOS TERMOS DO DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL DA MADEIRA N.º 4/2000/I.M. DE 28 DE FEVEREIRO	701	-	-	-	-	-
--	-----	---	---	---	---	---

DEDUÇÕES À COLECTA									
Rendimentos sujeitos a retenção		Retenções na fonte			Pagamentos por conta			Crédito de imposto (2001)	
801	-	802	-	803	-	804	-	-	-

**IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES QUE EFECTUARAM AS RETENÇÕES E RESPECTIVOS VALORES**

VALOR					VALOR				
NIF	805				NIF	811			
						812			
	807					813			
	808					814			
	809					815			
	810					816			

**PREJUIZOS FISCAIS A DEDUZIR EM CASO DE SUCESSÃO POR MORTE**

VERIFICANDO-SE A SITUAÇÃO PREVISTA NO ART. 37.º DO CIRS, IDENTIFIQUE O AUTOR DA SUCESSÃO:		ANNO		RENDIMENTOS PROFISIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS		RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS	
	902	-	-	908	-	914	-
	903	-	-	909	-	915	-
	904	-	-	910	-	916	-
	905	-	-	911	-	917	-
	906	-	-	912	-	918	-
	907	-	-	913	-	919	-

**TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA SOBRE DESPESAS**

Despesas fiscais ou não documentadas – art. 73.º, n.º 1, do CIRS	1001	-	-	-	-	-
Despesas de representação – art. 73.º, n.º 2, do CIRS	1002	-	-	-	-	-
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, motos e motocicletas – art. 73.º, n.º 2, do CIRS	1003	-	-	-	-	-
Importâncias pagas ou devidas, a qualquer título, a não residentes – art. 73.º, n.º 6, do CIRS	1004	-	-	-	-	-
Quotas de custo e compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador – art. 73.º, n.º 7, do CIRS	1005	-	-	-	-	-
Soma (1001 + ... + 1005)	1006	-	-	-	-	-

**OPÇÃO PELA TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA DOS AGENTES DESPORTIVOS**

RENDIMENTOS ILÍQUIDOS PROVENIENTES DA ACTIVIDADE DESPORTIVA	1101	-	-	-	-	-
---	------	---	---	---	---	---

**TOTAL DAS VENDAS / PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS**

		Do Ano N		Do Ano N-1		Do Ano N-2	
Vendas	1201	-	-	1203	-	1205	-
Prestações de serviços e outros rendimentos	1202	-	-	1204	-	1206	-

**MAIS VALIAS – REINVESTIMENTOS DOS VALORES DE REALIZAÇÃO**

Tipo de investimento	1	2	3	4	Reinvestimento	
					Ano	Valor
Imobilizado corpóreo	N	1301	1302	N	N-1	1303
					N	1304
					N	1305
Partes de capital	N	1307	1308	N	N	1306

**Campos 435 ou 436** – Se o contribuinte obrigatório.

**Campos 437** – Tanto havido transmissão onerosa de direitos reais sobre bens imóveis, deve indicar-se a diferença positiva entre o valor da aquisição e o serviço de taxa à liquidação (IM) e o valor do imposto no caso de não haver taxa e essa liquidação, e o valor de venda, de acordo com o estipulado no art. 31.º-A do CIRS.

Caso o valor patrimonial definitivo venha a ser conhecido após a entrega da declaração e seja superior ao valor anteriormente declarado, deverá apresentar declaração de substituição durante o mês de Janeiro do ano seguinte (n.º 2 do art. 31.º-A do CIRS).

Todavia, importa referir que os valores contestados ao abrigo do disposto no art. 129.º do CIRC, cujo pedido tem efeitos suspensivos da liquidação, não podem ser mencionados neste campo, mas apenas devem ser declarados no campo 1402 do quadro 14.

**Campos 438** – Devem ser indicados os valores respeitantes a encargos não dedutíveis para efeitos fiscais constantes de documentos emitidos por sujeitos passivos com número de identificação fiscal inexistente ou inválido, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do art. 42.º do CIRC.

**Campos 440** – Mais-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art. 45.º do CIRC).

Este campo só deverá ser preenchido no caso de ter sido declarada a intenção de reinvestir, no qual 13, os valores de realização correspondentes aos elementos do imobilizado corpóreo ou partes de capital alienadas que reúnam as condições estabelecidas no n.º 45.º do CIRC.

O valor a inscrever deverá corresponder a metade da diferença positiva apurada entre as mais-valias e as menos-valias realizadas que proporcionalmente correspondam aos valores de realização a reinvestir.

**Campos 441** – Mais-valias fiscais – regime transitorio (Lei n.º 30-C/2000, de 29 de Dezembro).

Destina-se a indicar 1/10 da mais-valia não tributada por aplicação do disposto no n.º 6 do art. 44.º do CIRC, na redação anterior à Lei n.º 30-C/2000, de 29 de Dezembro, ou seja, a que vigorou até 31 de Dezembro de 2000, cujo reinvestimento foi concretizado em tributos não reintegráveis. De acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 7 da referida lei, a alienação destes bens determina a tributação da mais-valia em frações iguais durante dez anos a contar da data da alienação.

**QUADRO 5 – DISCRIMINAÇÃO POR REGIME DE TRIBUTAÇÃO**

Este quadro só deverá ser preenchido se tiverem sido exercidas simultaneamente actividades da categoria B que tenham regimes fiscais diferentes, como é o caso das actividades agrícolas (n.º 4 do art. 3.º do CIRS) e das actividades financeiras (CAE iniciado por 65, 66 ou 67) exercidas na Região Autónoma dos Açores conforme decisão do Conselho Europeu C (2002) 4487, de 11 de Dezembro de 2002.

O somatório dos valores inscritos neste quadro deverá corresponder ao valor constante do campo 435 ou 436 do quadro 4.

**Campos 501 e 503** – Se os rendimentos declarados respeitarem simultaneamente a actividades profissionais, comerciais, industriais e a outros rendimentos da categoria B que devam ser indicados nos campos 502 a 506, deverá inscrever o prejuízo fiscal (campo 501) ou o lucro fiscal (campo 503) obtido no exercício das actividades profissionais, comerciais e industriais.

**Campos 502 e 504** – Se os rendimentos declarados respeitarem simultaneamente a actividades agrícolas, silvícolas ou pecuárias e a outros rendimentos da categoria B, deverá inscrever o prejuízo fiscal (campo 502) ou o lucro fiscal (campo 504) obtido no exercício da actividade agrícola.

**Campos 505 e 506** – Se os rendimentos declarados respeitarem simultaneamente a actividades financeiras (CAE iniciado por 65, 66 ou 67) exercidas na Região Autónoma dos Açores e a outros rendimentos da categoria B, deverá inscrever o prejuízo fiscal (campo 505) ou o lucro fiscal (campo 506) obtido no exercício da actividade financeira.

**QUADRO 6 – DISCRIMINAÇÃO DOS ENCARGOS – ART. 33.º, N.º 1, ALÍNEAS A) A C), DO CIRS (SÓ PARA O ANO DE 2001)**

Se a declaração respeitar ao ano de 2001, devem discriminar-se os encargos referidos nas alíneas a) a c) do n.º 1 do art. 33.º do CIRS, na redação que vigorava naquela data, considerando o seguinte:

a) 50 % dos encargos com viaturas ligeiras de passageiros, motos e motocicletas, depois de feitas as correcções incluídas nos campos 406 e 417 do quadro 4;

b) A parte das despesas de representação e de valorização profissional que no seu conjunto ultrapasse 10 % dos rendimentos brutos sujeitos e não isentos;

c) A parte das despesas de deslocação, viagens e estadas do sujeito passivo e dos membros do agregado familiar que com ele trabalhem que exceda 10 % dos rendimentos brutos sujeitos e não isentos;

d) A parte correspondente do somatório das despesas referidas nas alíneas a) a c) que exceda 25 % dos rendimentos brutos sujeitos e não isentos.

Na coluna "Categorias" devem ser discriminadas as correcções aos encargos respeitantes a cada campo e que foram acrescidos no quadro 4 no campo 418, devendo ter-se em conta o seguinte:

a) Se o somatório das despesas de representação e valorização profissional ultrapassar 10 % do rendimento bruto sujeito e não isento será de considerar em cada linha o valor que proporcionalmente lhes corresponder;

b) Avençe criada à aplicação da limitação prevista no referido n.º 4 do art. 33.º (eliminado pela Lei n.º 109-B/2001, de 27 de Dezembro), será considerado em cada linha o valor que proporcionalmente corresponder em função do valor global de cada um dos encargos.

O campo 616 é de preenchimento obrigatório para quem tenha contabilizado os custos referidos no n.º 1 do art. 33.º do CIRS, na redação que delimita com o Decreto-Lei n.º 198/2001, de 3 de Julho.

**QUADRO 8 – DEDUÇÕES À COLECTA**

**Campos 801 e 802** – Devem ser indicados os rendimentos líquidos (incluindo adiantamentos) sujeitos a retenção, bem como as retenções que sobre eles foram efectuadas.

**Campos 803** – Deve ser declarado o valor total dos pagamentos por conta efectuados durante o ano.

**Campos 804** – Se a declaração respeitar ao ano de 2001, será de indicar o crédito de imposto a que o titular dos rendimentos tenha direito, de acordo com o que dispunha o art. 80.º do CIRS, revogado pela Lei n.º 109-B/2001, de 27 de Dezembro.

## INSTRUÇÃO DE PRECENHIMENTO

### ANEXO C

Destina-se a declarar rendimentos empresariais e profissionais (categoria B), ainda que sujeitos a tributação autónoma, tal como são definidos no art. 3.º do CIRS, que devam ser tributados segundo o regime da contabilidade.

#### • QUEM DEVE APRESENTAR O ANEXO C

O titular de rendimentos tributados na categoria B (rendimentos empresariais e profissionais) ou o cabeça-de-casal ou administrador de herança indivisa que produza rendimentos dessa categoria, abrangidos pelo regime de contabilidade organizada.

Este anexo é individual e em apenas podem constar os elementos respeitantes a um titular, o qual deverá englobar a totalidade dos rendimentos obtidos em território português, sendo os obtidos fora declarados, exclusivamente, no anexo J.

A obrigação de apresentação deste anexo manter-se-á enquanto não for declarada a cessação de actividade ou não transferir para o regime simplificado.

#### • QUANDO E ONDE DEVE SER APRESENTADO O ANEXO C

A declaração que integre o Anexo C deve ser enviada pela Internet de 16 de Março a 30 de Abril do ano seguinte.

#### QUADRO 1 REGIME DE CONTABILIDADE ORGANIZADA

##### NATUREZA DOS RENDIMENTOS

Deverá ser assinalado o campo correspondente à natureza dos rendimentos declarados. Se o titular dos rendimentos exercer simultaneamente as actividades agrupadas nos campos 01 e 02, deverá assinalar os dois campos, identificando as actividades, através dos respectivos códigos, nos campos 08, 09 e 10 do quadro 3A.

#### QUADRO 3 IDENTIFICAÇÃO DO(s) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

Identificação dos sujeitos passivos (campos 04 e 05) deve ser feita a posição assumida para cada um dos quadros 3A do rosto da declaração modelo 3.

#### QUADRO 3A IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DOS RENDIMENTOS

**Campo 06** – Destina-se à identificação fiscal do titular dos rendimentos a incluir neste anexo (sujeito passivo A, sujeito passivo B ou dependente).

**Campo 07** – É reservado à identificação da herança indivisa, feita através da indicação do número de identificação equiparado a pessoa colectiva que lhe foi atribuído (INPC), quando for assinalado o campo 01, não devendo ser preenchido o campo 06.

Se na data em que for apresentada a declaração correspondente ao ano em que ocorreu o óbito não tiver sido ainda atribuído número de identificação à herança, poderá ser assinalado, no campo 06, o número de identificação fiscal do autor da herança.

**Campo 08** – Deve ser inscrito o código da Tabela de Actividades publicada na Portaria n.º 101/2010, de 21 de Agosto, correspondente à actividade exercida. Caso se trate de actividade não prevista nessa Tabela, deverá ser preenchido o campo 09 ou 10 com a indicação do Código CAGE que lhe corresponda.

Podem ser simultaneamente preenchidos os campos 08, 09 e 10 se forem exercidas, pelo titular dos rendimentos, as diferentes actividades lexis referidas.

Nos campos 11 e 12 deve indicar se a actividade é exercida ou não através de estabelecimento estável.

#### QUADRO 4 APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL (OBTIDO EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS)

Destina-se ao apuramento do rendimento líquido da categoria B.

Será sempre preenchido, independentemente de haver ou não correções a efectuar ao “RESULTADO LÍQUIDO” apurado na contabilidade, o qual, quando negativo, deve ser indicado com o sinal negativo (-).

**Campo 415** – Mais-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (arts. 43.º e 44.º do CIRC).

Destina-se a indicar o saldo positivo apurado entre as mais-valias e as menos-valias fiscais de que não foi declarada a intenção de reinvestir.

**Campo 416** – Deverá ser inscrito o valor correspondente ao somatório dos encargos que, nos termos do art. 33.º do CIRS, não seja considerado como tal. Contudo, se o anexo respetivo a 2020, há que ter em atenção os limites referidos no quadro 8.

**Campo 428** – A importância a inscrever neste campo (Benefícios Fiscais) deve ser calculada tendo em atenção as regras próprias referentes aos diplomas legais citados e correspondente à parte dos rendimentos isentos. Estes benefícios não são os referidos no anexo H (Benefícios Fiscais e Deduções).

**Campo 430** – Se o titular dos rendimentos for deficiente, com grau de invalidez permanente igual ou superior a 60 %, deverá inscrever-se, neste campo, o valor isento nos termos do art. 16.º, n.º 1, alínea a), do Estatuto dos Benefícios Fiscais; ou, seja, 50 % dos rendimentos, com limite de:

GRAU DE INVALIDEZ	ANO DE 2001	ANO DE 2002	ANOS DEVE DE 2003/2004/2005
≥ 60 % < 80 %	13 143,32	13 504,76	13 774,86
≥ 80 % a 100 %	15 114,82	15 530,47	15 841,09

A existência de valores neste campo implica o preenchimento do grau de invalidez no quadro 3 do rosto da declaração modelo 3.

**Campo 431** – Indicar-se-á a importância correspondente a 50 % dos rendimentos que beneficiam da isenção prevista no art. 56.º do EBF. O valor dos rendimentos isentos deve ser declarado no quadro 5 do anexo H, tendo como limite o valor de € 27 194. Excluem-se do benefício da isenção parcial os rendimentos provenientes de obras escritas sem carácter literário, artístico ou científico, obras de arquitectura e obras publicitárias. Se o titular originário for deficiente deverá ser em conta o valor isento que foi deduzido no quadro 430, nos termos do art. 16.º do EBF. Nestes casos, a isenção prevista no referido art. 56.º correspondente a 50 % dos rendimentos sujeitos a não isentos (rendimentos líquidos de outros benefícios).

**Campo 432** – Neste campo devem ser indicados, quando tenham influenciado o resultado líquido do exercício, os rendimentos obtidos no estrangeiro deduzidos do imposto pago, os quais serão declarados somente no anexo J.

**Campo 805 a 816** – Sempre que se indiquem valores de retenções no campo 802, deve proceder-se à identificação das entidades que efectuaram as retenções, através da indicação dos respectivos números de identificação fiscal, e à indicação dos respectivos valores.

**QUADRO 8 – PREJUÍZOS FISCAIS A DEDUZIR EM CASO DE SUCESSÃO POR MORTE**

Serão de indicar, apenas, os prejuízos, ganhos em vida do autor da herança e ainda não deduzidos, os quais, uma vez declarados pelos sucessores no ano seguinte ao ano do óbito, não deverão de-lhe em anos posteriores, salvo se for para declarar, no ano seguinte, os prejuízos do ano do óbito.

Para esse efeito é indispensável o preenchimento do campo 901, identificando o autor da sucessão e indicando, por anos, os montantes dos prejuízos apurados nos últimos seis anos (ou pouco para os prejuízos apurados nos anos de 2000 e anteriores) que ainda não tiveram sido deduzidos, na respectiva categoria, pelo agregado familiar de que o autor da herança fazia parte.

**QUADRO 10 – TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA SOBRE DESPESAS**

São declarados neste quadro os montantes das despesas sujeitas a tributação autónoma, nos termos do art. 73.º do CIRP.

**QUADRO 11 – TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA DOS AGENTES DESPORTIVOS**

No campo 1101 devem ser declarados os rendimentos líquidos auferidos exclusivamente pela prática de actividade desportiva pelos agentes desportivos que optem pela tributação autónoma.

**QUADRO 12 – TOTAL DAS VENDAS/PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS/OUTROS RENDIMENTOS**

Deve ser indicado o total das vendas separadamente do total das prestações de serviços e de outros rendimentos, sujeitos a imposto, incluindo os que se encontram isentos, obtidos no ano a que se refere a declaração e nos dois anos imediatamente anteriores.

**QUADRO 13 – MAIS-VALIAS – REINVESTIMENTO DOS VALORES DE REALIZAÇÃO**

Destina-se à dar cumprimento ao n.º 5 do art. 45.º do CIRP, pelo que o seu preenchimento apenas é obrigatório quando haja intenção de efectuar o reinvestimento do valor de realização correspondente aos elementos do imobilizado corpóreo ou partes de capital alienados.

Coluna 2 – Valor de realização

**Campo 1301** – Deve ser inscrito o somatório dos valores de realização resultante da transmissão onerosa de elementos do activo imobilizado corpóreo correspondente ao saldo apurado entre as mais-valias e as menos-valias (campo 1302) realizadas no ano N (ano da declaração), relativamente ao qual se pretende beneficiar do reinvestimento (n.º 1 do art. 45.º do CIRP).

**Campo 1307** – Deve ser inscrito o somatório dos valores de realização resultante da transmissão onerosa de partes de capital correspondente ao saldo apurado entre as mais-valias e as menos-valias (campo 1308) realizadas no ano N (ano da declaração), relativamente ao qual se pretende beneficiar do reinvestimento (n.º 4 do art. 45.º do CIRP).

Coluna 3 – Saldo entre as mais-valias e as menos-valias

**Campo 1302** – Deve ser inscrito o valor do saldo apurado, no ano N, entre as mais-valias e as menos-valias realizadas com a alienação de elementos do activo imobilizado corpóreo de que se pretende beneficiar do reinvestimento.

**Campo 1308** – Deve ser inscrito o valor do saldo apurado, no ano N, entre as mais-valias e as menos-valias realizadas com a alienação de partes de capital de que se pretende beneficiar do reinvestimento.

Coluna 4 – Reinvestimento

**Campo 1303** – Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano a que respeita a declaração (N), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias fiscais apurado nesse mesmo ano relativo a imobilizado corpóreo.

**Campo 1304** – Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano anterior a que respeita a declaração (N-1), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias fiscais apurado no ano da declaração (N) relativo a imobilizado corpóreo.

**Campo 1305** – Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano a que respeita a declaração (N), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias fiscais relativo a imobilizado corpóreo apurado no ano anterior (N-1), no qual foi declarada a intenção de reinvestir.

**Campo 1306** – Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano a que respeita a declaração (N), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias fiscais relativo a imobilizado corpóreo apurado no penúltimo ano (N-2), no qual foi declarada a intenção de reinvestir.

**Campo 1309** – Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano a que respeita a declaração (N), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias fiscais apurado nesse mesmo ano relativo a partes de capital.

**Campo 1310** – Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano anterior ao da declaração (N-1), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias fiscais apurado no ano da declaração (N) relativo a partes de capital.

**Campo 1311** – Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano a que respeita a declaração (N), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias fiscais relativo a partes de capital apurado no ano anterior (N-1), no qual foi declarada a intenção de reinvestir.

**Campo 1312** – Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano a que respeita a declaração (N), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias fiscais relativo a partes de capital apurado no penúltimo ano (N-2), no qual foi declarada a intenção de reinvestir.

Exemplo:

No ano a que respeita a declaração:

- saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias relativo a elementos do activo imobilizado corpóreo: € 4 000
- valor de realização dos elementos que geraram aquele saldo positivo: € 10 000
- intenção de reinvestimento: € 10 000

• valor reinvestido no ano a que respeita a declaração (N): € 3 000  
• valor reinvestido no ano anterior à declaração (N-1): € 2 000

13 MAIS VALIAS – REINVESTIMENTOS DOS VALORES DE REALIZAÇÃO						
Tipo de investimento	1 Ano da mais-valia	2 Valor de realização	3 Saldo entre as mais-valias e as menos-valias	4 Reinvestimento		
				Ano	Valor	
Imobilizado corpóreo	N	1301	10.000,00	1302	4.000,00	
	N-1			N	1303	3.000,00
	N-2			N	1304	2.000,00

No ano seguinte reinveste € 2200, pelo que, nesse ano, deverá preencher o quadro da seguinte forma:

13 MAIS VALIAS – REINVESTIMENTOS DOS VALORES DE REALIZAÇÃO						
Tipo de investimento	1 Ano da mais-valia	2 Valor de realização	3 Saldo entre as mais-valias e as menos-valias	4 Reinvestimento		
				Ano	Valor	
Imobilizado corpóreo	N	1301	-	1302	-	
	N-1			N	1303	-
	N-2			N	1304	-

No segundo ano seguinte reinveste € 1000, pelo que, nesse ano, deverá preencher o quadro da seguinte forma:

13 MAIS VALIAS – REINVESTIMENTOS DOS VALORES DE REALIZAÇÃO						
Tipo de investimento	1 Ano da mais-valia	2 Valor de realização	3 Saldo entre as mais-valias e as menos-valias	4 Reinvestimento		
				Ano	Valor	
Imobilizado corpóreo	N	1301	-	1302	-	
	N-1			N	1303	-
	N-2			N	1304	-

No final do segundo ano seguinte ao do apuramento do saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias haverá que proceder à correção a seguir referida no quadro 4:

Total do reinvestimento = 3 000 + 2 000 + 2 000 + 1 000 = 8 200  
Valor de realização não reinvestido = 10 000 - 8 200 = 1 800

Nesse ano deverá também inscrever, no campo 416 do quadro 4, o valor de € 414, que corresponde ao acréscimo por não reinvestimento majorado em 15 %, ou seja:

1.800 x 4 000 x 50 % x 1,15 = 414  
10 000

**QUADRO 14 ALIENAÇÃO DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS**

Na primeira parte do quadro 14 deve indicar no campo 1 ou 2, respectivamente, se houve ou não alienação de direitos reais sobre bens imóveis. Em caso afirmativo, deve indicar no campo 1401 o número de imóveis ou frações alienados no ano a que respeita a declaração.

Na segunda parte do quadro 14 deve indicar no campo 3 ou 4, respectivamente, se apresentou ou não recurso nos termos do art. 129.º do CIRCI. Deve indicar no campo 1402 a diferença positiva entre o valor que serviu de base à liquidação do IMT, ou o que lhe serviu de base se tivesse havido lugar a essa liquidação, e o valor declarado de venda, nos casos em que o sujeito passivo recorreu ao disposto no art. 129.º do CIRCI para fazer prova do preço efectivo da transmissão.

**QUADRO 15 CESSAÇÃO DA ACTIVIDADE**

Os campos 1 ou 2 são de preenchimento obrigatório. Se for assinalado o campo 1 deverá ser indicada a data em que a cessação ocorreu no campo 3.

Esta informação não desobriga o titular dos rendimentos da apresentação da declaração de cessação a que se refere o art. 112.º do CIRCI.

**QUADRO 16 IDENTIFICAÇÃO DO TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS**

No campo 1401 deverá ser indicado o número fiscal de contribuinte do técnico oficial de contas.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS**  
**DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS – IRS**  
**MODELO 3 Anexo D**  
**Transparência fiscal – Imputação de rendimentos**  
**Herança Indivisa – Imputação de rendimentos**

**1 IMPUTAÇÃO DE RENDIMENTOS CATEGORIA B**  
Profissionais, Comerciais e Industriais 01  
Agricultores, Silvicultores e Pecuários 02  
**2 ANO DOS RENDIMENTOS**  
03 2

**3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)**  
Sujeito passivo A NIF 04  
Sujeito passivo B NIF 05

**4 IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DO RENDIMENTO**  
NIF 06

**4 IMPUTAÇÃO DE RENDIMENTOS E RETENÇÕES**

ENTIDADE IMPUTADORA	RENDIMENTOS LÍQUIDOS IMPUTADOS		RETENÇÃO NA FONTE	
	Natureza	Valor	Natureza	Valor
SOCIEDADES (Regime da transparência fiscal) art. 6.º, n.º 1, do CIRCI	401		Materia colectável 411	
	402		Materia colectável 412	
	403		Materia colectável 413	
A.C.E. e A.E.I.E. (Regime da transparência fiscal) art. 6.º, n.º 2, do CIRCI	431		Lucro / Prejuízo 441	
	432		Lucro / Prejuízo 442	
	433		Lucro / Prejuízo 443	
HERANÇAS INDIVISAS art. 19.º do CIRCI	461		Lucro / Prejuízo 471	
	462		Lucro / Prejuízo 472	
	463		Lucro / Prejuízo 473	
464		Lucro / Prejuízo 474		
465		Lucro / Prejuízo 475		
SOMA				

**5 DISCRIMINAÇÃO POR REGIMES DE TRIBUTAÇÃO**

	RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS
MATÉRIA COLECTÁVEL	501	504
PREJUÍZO FISCAL	502	505
LUCRO FISCAL	503	506

**6 DEDUÇÕES À COLECTA**  
801 PAGAMENTOS POR CONTA  
802 BENEFÍCIOS FISCAIS

**7 PREJUÍZOS FISCAIS A DEDUZIR EM CASO DE SUCESSÃO POR MORTE**

ANO	RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS
702	708	714
703	709	715
704	710	716
705	711	717
706	712	718
707	713	719

**8 TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA SOBRE DESPESAS/HERANÇAS INDIVISAS**  
Valor do imposto da tributação autónoma sobre despesas 801

**9 DATA**  
Assinatura

**10 O DECLARANTE, REPRESENTANTE LEGAL OU GESTOR DE NEGÓCIOS**  
Assinatura

Modelo n.º 1906 (Exclusão do RCM, S. A.) NÃO SERVE DE COMPROVANTE

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS**  
**DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS – IRS**  
**MODELO 3 Anexo D**  
**Transparência fiscal – Imputação de rendimentos**  
**Herança Indivisa – Imputação de rendimentos**

**1 IMPUTAÇÃO DE RENDIMENTOS CATEGORIA B**  
Profissionais, Comerciais e Industriais 01  
Agricultores, Silvicultores e Pecuários 02  
**2 ANO DOS RENDIMENTOS**  
03 2

**3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)**  
Sujeito passivo A NIF 04  
Sujeito passivo B NIF 05

**4 IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DO RENDIMENTO**  
NIF 06

**4 IMPUTAÇÃO DE RENDIMENTOS E RETENÇÕES**

ENTIDADE IMPUTADORA	RENDIMENTOS LÍQUIDOS IMPUTADOS		RETENÇÃO NA FONTE	
	Natureza	Valor	Natureza	Valor
SOCIEDADES (Regime da transparência fiscal) art. 6.º, n.º 1, do CIRCI	401		Materia colectável 411	
	402		Materia colectável 412	
	403		Materia colectável 413	
A.C.E. e A.E.I.E. (Regime da transparência fiscal) art. 6.º, n.º 2, do CIRCI	431		Lucro / Prejuízo 441	
	432		Lucro / Prejuízo 442	
	433		Lucro / Prejuízo 443	
HERANÇAS INDIVISAS art. 19.º do CIRCI	461		Lucro / Prejuízo 471	
	462		Lucro / Prejuízo 472	
	463		Lucro / Prejuízo 473	
464		Lucro / Prejuízo 474		
465		Lucro / Prejuízo 475		
SOMA				

**5 DISCRIMINAÇÃO POR REGIMES DE TRIBUTAÇÃO**

	RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS
MATÉRIA COLECTÁVEL	501	504
PREJUÍZO FISCAL	502	505
LUCRO FISCAL	503	506

**6 DEDUÇÕES À COLECTA**  
801 PAGAMENTOS POR CONTA  
802 BENEFÍCIOS FISCAIS

**7 PREJUÍZOS FISCAIS A DEDUZIR EM CASO DE SUCESSÃO POR MORTE**

ANO	RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS
702	708	714
703	709	715
704	710	716
705	711	717
706	712	718
707	713	719

**8 TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA SOBRE DESPESAS/HERANÇAS INDIVISAS**  
Valor do imposto da tributação autónoma sobre despesas 801

**9 DATA**  
Assinatura

**10 O DECLARANTE, REPRESENTANTE LEGAL OU GESTOR DE NEGÓCIOS**  
Assinatura

Modelo n.º 1906 (Exclusão do RCM, S. A.) Preço: € 0,38

**INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO**

**ANEXO D**

Destina-se a declarar rendimentos que tenham sido imputados ao respectivo titular, no âmbito do regime de transparência fiscal (art. 6.º do CIRCI), ou de herança indivisa, como dispõem os arts. 19.º e 20.º do CIRCI.

• **QUEM DEVE APRESENTAR O ANEXO D**

Os sócios ou membros das pessoas colectivas sujeitas ao regime de transparência fiscal, cujos rendimentos lhes sejam imputáveis, nos termos do art. 6.º do CIRCI e, ainda, os titulares de herança indivisa que produza rendimentos da categoria B (arts. 19.º e 20.º do CIRCI).

Este anexo é individual e em cada um apenas podem constar os elementos respeitantes a um titular.

• **QUANDO E ONDE DEVE SER APRESENTADO O ANEXO D**

Nos prazos e locais previstos para apresentação da declaração de rendimentos modelo 3, da qual faz parte integrante.

**QUADRO 3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)**

A identificação dos sujeitos passivos (campos 04 e 05) deve respeitar a posição assumida para cada um do quadro 3A do rosto da declaração modelo 3.

**QUADRO 3A IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DO RENDIMENTO**

**Campo 06** – Destina-se à identificação do titular dos rendimentos imputados por entidades sujeitas ao regime da transparência fiscal ou do titular da herança indivisa, consoante os casos.

Havendo sociedade conjugal no ano em que ocorreu o óbito de um dos cônjuges, os rendimentos respeitantes ao cônjuge falecido deverão ser declarados neste anexo, em nome do cônjuge sobrevivente (sujeito passivo A).

**QUADRO 4 IMPUTAÇÃO DE RENDIMENTOS E RETENÇÕES**

**Campos 401, 403, 431 e 465** – Em cada um dos campos deve ser indicado o número de identificação fiscal (NIF) da entidade imputadora de rendimentos.

**Campos 411 a 413** – Deve ser indicada a matéria colectável imputada ao sócio da sociedade sujeita ao regime da transparência fiscal, nos termos do n.º 3 do art. 6.º do CIRCI.

**Campos 441 e 442** – Deve ser inscrito o lucro fiscal ou o prejuízo fiscal que foi imputado, ao membro, pelo agrupamento, tendo em atenção que, em caso de prejuízo, o seu valor deve ser inscrito entre parêntesis, excepto se a declaração for enviada pela Internet, caso em que deve ser usado o sinal (-).

**Campos 471 a 475** – Deve inscrever-se o lucro fiscal ou o prejuízo fiscal que foi imputado ao titular da herança, tendo em atenção que, em caso de prejuízo, o seu valor deve ser inscrito entre parêntesis, excepto se a declaração for enviada pela Internet, caso em que deve ser usado o sinal (-).

Havendo sociedade conjugal no ano em que ocorreu o óbito de um dos cônjuges, o cônjuge sobrevivente deverá declarar os rendimentos que lhe foram imputados conjuntamente com os do cônjuge falecido indicados no anexo I.

**Campos 421 a 423, 451 e 481 a 485** – Devem ser indicados os valores das retenções na fonte de imposto que incidiram sobre os rendimentos obtidos pelas entidades imputadoras identificadas neste quadro, na proporção da imputação efectuada.

**QUADRO 5 DISCRIMINAÇÃO POR REGIMES DE TRIBUTAÇÃO**

Deve ser preenchido se tiverem sido assinalados simultaneamente os campos 01 e 02 do quadro 1, procedendo-se à discriminação por regimes de tributação da matéria colectável e do lucro ou prejuízo fiscal inscrito no quadro 4.

**QUADRO 6 DEDUÇÕES À COLECTA**

**Campo 801** – Devem ser indicados os pagamentos por conta que foram efectuados pelo titular identificado no quadro 3A.

Havendo sociedade conjugal, no ano em que ocorreu o óbito de um dos cônjuges, os pagamentos por conta efectuados pelo cônjuge falecido devem ser declarados pelo cônjuge sobrevivente.

**Campo 802** – Devem ser inscritos os valores das deduções relativas a benefícios fiscais que devam ser imputados aos respectivos sócios ou membros.

**QUADRO 7 PREJUÍZOS FISCAIS A DEDUZIR EM CASO DE SUCESSÃO POR MORTE**

Devem ser indicados, apenas, os prejuízos gerados em vida do autor da herança e ainda não deduzidos, os quais, uma vez declarados pelos sucessores no ano seguinte ao do óbito, não deverão ser declarados no ano seguinte, salvo se for para declarar, no ano seguinte, os prejuízos do ano do óbito.

Para esse efeito é indispensável o preenchimento do campo 701, identificando o autor da sucessão e indicando, por anos, os montantes dos prejuízos apurados nos últimos seis anos (ou cinco para os prejuízos apurados nos anos de 2000 e anteriores) que ainda não tiverem sido deduzidos, na respectiva categoria, pelo agregado familiar de que o autor da herança fazia parte.

**QUADRO 8 TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA SOBRE DESPESAS/HERANÇAS INDIVISAS**

O valor a inscrever no campo 801 corresponde ao valor do imposto respeitante a tributação autónoma sobre despesas, prevista no art. 73.º do CIRCI, e imputado a cada um dos titulares.

**Assinatura**

O anexo deve ser assinado pelo titular dos rendimentos imputados nos termos dos arts. 19.º e 20.º do CIRCI ou por um seu representante ou gestor de negócios. A falta de assinatura é motivo de recusa da declaração.

MODELO EM VIGOR A PARTIR DE 1.º DE JANEIRO DE 2007

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS  
DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS  
MODELO 3  
ANEXO E

1 CATEGORIA E 2 ANO DOS RENDIMENTOS  
01 2

RESERVADO À LEITURA ÓPTICA

3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)  
Sujeito passivo A NIF 02 \_\_\_\_\_ Sujeito passivo B NIF 03 \_\_\_\_\_

4 RENDIMENTOS OBTIDOS EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS

A RENDIMENTOS COM ENGOLOBAMENTO OBRIGATÓRIO

	RENDIMENTOS COM ENGOLOBAMENTO OBRIGATÓRIO	RENDIMENTOS ILÍQUIDOS	RETENÇÕES DE IRS
Juros decorrentes de contratos de mútuos e aberturas de crédito	401	- - - - -	- - - - -
Juros de suprimentos, de abonos ou de adiantamentos de capitais, bem como os juros pelo não levantamento dos lucros ou outros rendimentos	402	- - - - -	- - - - -
Saldo dos juros apurados em contrato ou lançados em conta corrente	403	- - - - -	- - - - -
Juros resultantes da dilação do vencimento ou mora no pagamento de uma prestação	404	- - - - -	- - - - -
Cessão temporária de direitos da propriedade intelectual, industrial, experiência adquirida, assistência técnica e cedência de equipamento e redes informáticas	406	- - - - -	- - - - -
Importâncias imputadas aos sócios nos termos do art. 60.º do CIRCI (parte final do art. 20.º, n.º 4, do CIRIS)	406	- - - - -	- - - - -
Outros rendimentos derivados de aplicação de capitais	407	- - - - -	- - - - -

B OPÇÃO DE ENGOLOBAMENTO DE RENDIMENTOS

Lucros e adiantamentos por conta de lucros (incl. dividendos)	408	- - - - -	- - - - -
Rendimentos resultantes de partilha, da amortização de partes sociais sem redução de capital, de associação em participação e de associação à quota	409	- - - - -	- - - - -
Rendimentos de títulos de dívida, de operações de reporte, cessões de crédito, contas de títulos com garantias de preço e operações similares	410	- - - - -	- - - - -
Juros de depósito à ordem ou a prazo e de certificados de depósito	411	- - - - -	- - - - -
Rendimentos das unidades de participação em fundos de investimento mobiliário e imobiliário (art. 22.º do EBF)	412	- - - - -	- - - - -
Rendimentos de unidades de participação em fundos de capital de risco (art. 22.º-A do EBF)	413	- - - - -	- - - - -
Ganhos decorrentes das operações de swap ou operações cambiais a prazo	414	- - - - -	- - - - -
Diferença positiva referente a seguros e operações do ramo "Vida" (art. 5.º, n.º 3, do CIRIS)	415	- - - - -	- - - - -
SOMA DE CONTROLO (campos 401 a 415)	- - - - -	- - - - -	- - - - -

Tendo optado pelo englobamento (rendimentos do quadro 4B), junta os documentos a que se refere o art. 119.º, n.º 3, do CIRIS. Sim ☐ Não ☐

5 DISCRIMINAÇÃO DOS RENDIMENTOS E RETENÇÕES POR TITULAR

	Sujeito Passivo A	Sujeito Passivo B	DEPENDENTES
Rendimentos	501 - - - - -	- - - - -	- - - - -
Retenções	502 - - - - -	- - - - -	- - - - -

IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES QUE EFECTUARAM AS RETENÇÕES E RESPECTIVOS VALORES

Títular	NIF - Entidade Retentora	Retenção de IRS	Títular	NIF - Entidade Retentora	Retenção de IRS
503	- - - - -	- - - - -	511	- - - - -	- - - - -
504	- - - - -	- - - - -	512	- - - - -	- - - - -
505	- - - - -	- - - - -	513	- - - - -	- - - - -
506	- - - - -	- - - - -	514	- - - - -	- - - - -
507	- - - - -	- - - - -	515	- - - - -	- - - - -
508	- - - - -	- - - - -	516	- - - - -	- - - - -
509	- - - - -	- - - - -	517	- - - - -	- - - - -
510	- - - - -	- - - - -	518	- - - - -	- - - - -

DATA \_\_\_\_\_

Q(S) DECLARANTE(S), REPRESENTANTE LEGAL OU GESTOR DE NEGÓCIOS

Assinaturas  
A) \_\_\_\_\_ B) \_\_\_\_\_

Modelo n.º 1907 (Exclusivo da RCM, S. A.)

Preço: € 0,35

5 601147 043759

MODELO EM VIGOR A PARTIR DE 1.º DE JANEIRO DE 2007

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS  
DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS  
MODELO 3  
ANEXO E

1 CATEGORIA E 2 ANO DOS RENDIMENTOS  
01 2

RESERVADO À LEITURA ÓPTICA

3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)  
Sujeito passivo A NIF 02 \_\_\_\_\_ Sujeito passivo B NIF 03 \_\_\_\_\_

4 RENDIMENTOS OBTIDOS EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS

A RENDIMENTOS COM ENGOLOBAMENTO OBRIGATÓRIO

	RENDIMENTOS COM ENGOLOBAMENTO OBRIGATÓRIO	RENDIMENTOS ILÍQUIDOS	RETENÇÕES DE IRS
Juros decorrentes de contratos de mútuos e aberturas de crédito	401	- - - - -	- - - - -
Juros de suprimentos, de abonos ou de adiantamentos de capitais, bem como os juros pelo não levantamento dos lucros ou outros rendimentos	402	- - - - -	- - - - -
Saldo dos juros apurados em contrato ou lançados em conta corrente	403	- - - - -	- - - - -
Juros resultantes da dilação do vencimento ou mora no pagamento de uma prestação	404	- - - - -	- - - - -
Cessão temporária de direitos da propriedade intelectual, industrial, experiência adquirida, assistência técnica e cedência de equipamento e redes informáticas	406	- - - - -	- - - - -
Importâncias imputadas aos sócios nos termos do art. 60.º do CIRCI (parte final do art. 20.º, n.º 4, do CIRIS)	406	- - - - -	- - - - -
Outros rendimentos derivados de aplicação de capitais	407	- - - - -	- - - - -

B OPÇÃO DE ENGOLOBAMENTO DE RENDIMENTOS

Lucros e adiantamentos por conta de lucros (incl. dividendos)	408	- - - - -	- - - - -
Rendimentos resultantes de partilha, da amortização de partes sociais sem redução de capital, de associação em participação e de associação à quota	409	- - - - -	- - - - -
Rendimentos de títulos de dívida, de operações de reporte, cessões de crédito, contas de títulos com garantias de preço e operações similares	410	- - - - -	- - - - -
Juros de depósito à ordem ou a prazo e de certificados de depósito	411	- - - - -	- - - - -
Rendimentos das unidades de participação em fundos de investimento mobiliário e imobiliário (art. 22.º do EBF)	412	- - - - -	- - - - -
Rendimentos de unidades de participação em fundos de capital de risco (art. 22.º-A do EBF)	413	- - - - -	- - - - -
Ganhos decorrentes das operações de swap ou operações cambiais a prazo	414	- - - - -	- - - - -
Diferença positiva referente a seguros e operações do ramo "Vida" (art. 5.º, n.º 3, do CIRIS)	415	- - - - -	- - - - -
SOMA DE CONTROLO (campos 401 a 415)	- - - - -	- - - - -	- - - - -

Tendo optado pelo englobamento (rendimentos do quadro 4B), junta os documentos a que se refere o art. 119.º, n.º 3, do CIRIS. Sim ☐ Não ☐

5 DISCRIMINAÇÃO DOS RENDIMENTOS E RETENÇÕES POR TITULAR

	Sujeito Passivo A	Sujeito Passivo B	DEPENDENTES
Rendimentos	501 - - - - -	- - - - -	- - - - -
Retenções	502 - - - - -	- - - - -	- - - - -

IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES QUE EFECTUARAM AS RETENÇÕES E RESPECTIVOS VALORES

Títular	NIF - Entidade Retentora	Retenção de IRS	Títular	NIF - Entidade Retentora	Retenção de IRS
503	- - - - -	- - - - -	511	- - - - -	- - - - -
504	- - - - -	- - - - -	512	- - - - -	- - - - -
505	- - - - -	- - - - -	513	- - - - -	- - - - -
506	- - - - -	- - - - -	514	- - - - -	- - - - -
507	- - - - -	- - - - -	515	- - - - -	- - - - -
508	- - - - -	- - - - -	516	- - - - -	- - - - -
509	- - - - -	- - - - -	517	- - - - -	- - - - -
510	- - - - -	- - - - -	518	- - - - -	- - - - -

DATA \_\_\_\_\_

Q(S) DECLARANTE(S), REPRESENTANTE LEGAL OU GESTOR DE NEGÓCIOS

Assinaturas  
A) \_\_\_\_\_ B) \_\_\_\_\_

Modelo n.º 1907 (Exclusivo da RCM, S. A.)

NÃO SERVE DE COMPROVANTE

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

ANEXO E

Destina-se a declarar os rendimentos de aplicação de capitais.

• QUEM DEVE APRESENTAR O ANEXO E

Os sujeitos passivos quando estes ou os dependentes que integram o agregado familiar tenham auferido rendimentos de aplicação de capitais, tal como são definidos no art. 5.º do CIRIS.

Este anexo não é individual, pelo que deverá incluir os rendimentos de capitais auferidos por todos os membros do agregado.

• QUANDO E ONDE DEVE SER APRESENTADO O ANEXO E

Nos prazos e locais previstos para a apresentação da declaração de rendimentos modelo 3, da qual faz parte integrante.

QUADRO 3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

A identificação dos sujeitos passivos (campos 02 e 03) deve respeitar a posição assumida para cada um do quadro 3A do rosto da declaração modelo 3.

QUADRO 4 RENDIMENTOS OBTIDOS EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS

Em cada um dos campos do quadro 4 deve ser inscrito o total de rendimentos **líquidos** auferidos pelos sujeitos passivos e seus dependentes, segundo a sua natureza, bem como o valor das respectivas retenções de IRS.

QUADRO 4A RENDIMENTOS COM ENGOLOBAMENTO OBRIGATÓRIO

Os rendimentos líquidos a inscrever neste quadro são os previstos no art. 5.º do CIRIS não sujeitos a taxa libertatória e, bem assim, as importâncias imputadas, nos termos do art. 60.º do CIRCI, como dispõe a parte final do n.º 4 do art. 20.º do CIRIS.

Campos 401 a 407 - Em cada um destes campos deve ser inscrito o total de rendimentos líquidos auferidos pelos sujeitos passivos e seus dependentes, segundo a sua natureza, bem como o valor das respectivas retenções de IRS.

QUADRO 4B OPÇÃO DE ENGOLOBAMENTO DE RENDIMENTOS

Os rendimentos identificados neste quadro são os que foram sujeitos a retenção na fonte a taxas libertatórias, o que desobriga os titulares da sua declaração. Porém, nos termos do n.º 6 do art. 71.º do CIRIS **pode o titular, que seja residente, optar pelo seu englobamento**. Esta opção obriga a que seja declarada a totalidade dos rendimentos referidos no n.º 6 do art. 71.º (rendimentos de capitais) e no n.º 4 do art. 72.º (mais-valias respeitantes a valores mobiliários), como dispõe o n.º 5 do art. 22.º do CIRIS, bem como as respectivas retenções de IRS.

A opção pelo englobamento obriga à junção do documento comprovativo dos rendimentos e do imposto retido, emitido pela entidade competente, o qual deve conter declaração expressa dos sujeitos passivos autorizando a Direcção-Geral dos Impostos a averiguar, junto das respectivas entidades, se em seu nome ou em nome dos membros do seu agregado familiar existem, relativamente ao mesmo período, outros rendimentos de mesma natureza (art. 119.º, n.º 3 e 4), sob pena de não ser considerada a opção.

Se a declaração for entregue via Internet, estes documentos devem ser remetidos ao serviço de finanças da área do domicílio fiscal.

Campos 408 - Os lucros e adiantamentos por conta de lucros, incluindo dividendos (art. 5.º, n.º 2, alínea h), do CIRIS), são considerados em 50 % do seu valor líquido se a entidade devedora dos rendimentos tiver a sua sede ou direcção efectiva em território português, for sujeita e não isenta de IRC e os respectivos beneficiários residirem neste território, nos termos do art. 40.º-A do CIRIS.

Os dividendos de acções adquiridas na sequência de processo de privatização, que beneficiem da isenção prevista no art. 59.º do EBF (50 %) e da redução referida no art. 40.º-A do CIRIS (50 %), devem ser incluídos por 25 % do seu valor.

Campos 409 - Os rendimentos resultantes de partilha ou amortização de partes sociais sem redução de capital (art. 5.º, n.º 2, alínea h), do CIRIS) são considerados em 50 % do seu valor líquido se a entidade que é liquidada tiver a sua sede ou direcção efectiva em território português, for sujeita e não isenta de IRC e os respectivos beneficiários residirem neste território, nos termos do art. 40.º-A do CIRIS.

Os rendimentos que o associado aufera da associação à quota e da associação em participação, tendo os rendimentos distribuídos sido efectivamente tributados, são considerados em 50 % do seu valor líquido, nos termos e condições referidas no n.º 3 do art. 40.º-A do CIRIS.

Se a declaração respeitar ao ano de 2001, deverá acrescentar aos rendimentos referidos nos campos 408 e 409 o crédito de imposto correspondente a 28,2352 % do valor líquido dos rendimentos, nos termos do art. 60.º do CIRIS, então em vigor.

Se a declaração respeitar aos anos de 2002 a 2005 os rendimentos a considerar nos campos 408 e 409 são de englobamento obrigatório, pelo que na liquidação serão assumidos como tais.

Campos 410, 411 e 414 - Em cada um destes campos deve ser inscrito o total de rendimentos líquidos auferidos pelos sujeitos passivos e seus dependentes, segundo a sua natureza, bem como o valor das respectivas retenções de IRS.

Campos 412 - Os rendimentos respeitantes a unidades de participação em FIM e FIJ são inscritos pelo valor líquido de imposto. Os lucros eventualmente incluídos nesses rendimentos que cumpram os requisitos referidos no art. 40.º-A do CIRIS são considerados em 50 %.

Campos 413 - Os rendimentos de unidades de participação em fundos de capital de risco (FCR) são inscritos pelo valor líquido de retenção de IRS. Os lucros eventualmente incluídos nesses rendimentos que cumpram os requisitos referidos no art. 40.º-A do CIRIS são considerados em 50 %.

QUADRO 5 DISCRIMINAÇÃO DOS RENDIMENTOS E RETENÇÕES POR TITULAR

Os valores totais dos rendimentos declarados e respectivas retenções de IRS mencionados na soma de controlo do quadro 4 devem ser discriminados por cada um dos titulares (sujeitos passivos A e B), excepto em relação aos titulares que sejam dependentes, os quais devem ser agrupados e indicados na coluna correspondente (Dependentes). Nos campos 503 a 518 deve proceder-se à identificação das entidades que efectuaram retenções na fonte de IRS e à indicação dos respectivos valores de IRS retidos. Na identificação dos titulares dos rendimentos devem utilizar-se os códigos pré-definidos na declaração modelo 3 de IRS (rosto), conforme se indica:

A = Sujeito passivo A  
B = Sujeito passivo B

Os dependentes devem ser identificados conforme se exemplifica, tendo em conta a posição assumida para cada um dos quadros 3B ou 3C da declaração modelo 3 (rosto):

D1 = Dependente não deficiente D01 = Dependente deficiente  
D2 = Dependente não deficiente D02 = Dependente deficiente

Assinaturas \_\_\_\_\_

O anexo deve ser assinado pelos sujeitos passivos ou por um seu representante ou gestor de negócios. A falta de assinatura é motivo de recusa da declaração.

MODELO EM VIGOR A PARTIR DE 1.º DE JANEIRO DE 2007

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS  
DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS  
MODELO 3  
ANEXO F

1 CATEGORIA F 2 ANO DOS RENDIMENTOS  
01 2

RESERVADO À LEITURA ÓPTICA

3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)  
Sujeito passivo A NIF 02 \_\_\_\_\_ Sujeito passivo B NIF 03 \_\_\_\_\_

4 RENDIMENTOS ENGOLOBADOS

IDENTIFICAÇÃO	MATERIAL DOS PRÉDIOS	TITULAR	Quota %	RENDAS (Rendimento líquido)	RETENÇÕES NA FONTE DE IRS	ENTIDADE RETENTORA (NIF)
401	Freguesia (código)	Artigo	Fração / Secção	- - - - -	- - - - -	- - - - -
402	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -
403	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -
404	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -
405	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -
406	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -
407	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -
408	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -
409	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -
410	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -
411	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -
412	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -
413	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -
414	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -
415	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -
416	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -
Total (ou a transportar) .....				- - - - -	- - - - -	- - - - -

5 DESPESAS DOCUMENTADAS

MANUTENÇÃO	501 - - - - -	TAXAS AUTÁRQUICAS	504 - - - - -
CONSERVAÇÃO	502 - - - - -	IMPOSTO MUNICIPAL S/ IMÓVEIS	505 - - - - -
DESPESAS DE CONDOMÍNIO	503 - - - - -	Soma (501 + ... + 505)	506 - - - - -

6 SUBLOCAÇÃO

APURAMENTO DO RENDIMENTO	ENTIDADES RETENTORA/IRS RETIDO		
TITULAR	RENDIMENTO	RETENÇÕES DE IRS	ENTIDADE RETENTORA (NIF)
RENDA RECEBIDA (valor líquido)	601 - - - - -	605	- - - - -
RENDA PAGA AO SENHOR DA PARTE SUBLOCADA	602 - - - - -	606	- - - - -
DIFERENÇA (601-602)	603 - - - - -	607	- - - - -
RETENÇÃO NA FONTE DE IRS	604 - - - - -	608	- - - - -

DATA \_\_\_\_\_

Q(S) DECLARANTE(S), REPRESENTANTE LEGAL OU GESTOR DE NEGÓCIOS

Assinaturas  
A) \_\_\_\_\_ B) \_\_\_\_\_

Modelo n.º 1908 (Exclusivo da RCM, S. A.)

Preço: € 0,40

5 601147 043766

MODELO DA VIGOR A PARTIR DE 1.º DE JANEIRO DE 2007

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS  
E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPÓSTOS  
DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS  
MODELO 3  
ANEXO F

1 CATEGORIA F

2 ANO DOS RENDIMENTOS  
01 2

RESERVADO À LEITURA ÓPTICA

RENDIMENTOS PREDIAIS

3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)  
Sujeito passivo A NIF 02  
Sujeito passivo B NIF 03

4 RENDIMENTOS ENGLOBADOS

Freguesia (código)	Tipo	Artigo	Fração / Secção	TITULAR	Quota-Parte %	RENDAS (Rendimento líquido)	RETENÇÕES NA FONTE DE IRS	ENTIDADE RETENTORA (NIF)
401								
402								
403								
404								
405								
406								
407								
408								
409								
410								
411								
412								
413								
414								
415								
416								
Total (ou a transportar)								

8 DESPESAS DOCUMENTADAS

MANUTENÇÃO 501 TAXAS AUTÁRQUICAS 504

CONSERVAÇÃO 502 IMPOSTO MUNICIPAL S/ IMÓVEIS 505

DESPESAS DE CONDOMÍNIO 503 Soma (501 + ... + 505) 506

6 SUBLOCAÇÃO

6A APURAMENTO DO RENDIMENTO

RECEITA RECEBIDA (valor líquido) 601

RECEITA PAGA AO SENHORIO DA PARTE SUBLOCADA 602

DIFERENÇA (601-602) 603

RETENÇÃO NA FONTE DE IRS 604

6B ENTIDADES RETENTORAS/IRS RETIDO

TITULAR	RENDIMENTO	RETENÇÕES DE IRS	ENTIDADE RETENTORA (NIF)
605			
606			
607			
608			
609			

DATA O(S) DECLARANTE(S), REPRESENTANTE LEGAL OU GESTOR DE NEGÓCIOS

Assinaturas A) B)

Modelo n.º 1908 (Exclusão da NCM S.A.) NÃO SERVE DE COMPROVANTE

4 RENDIMENTOS ENGLOBADOS

Freguesia (código)	Tipo	Artigo	Fração / Secção	TITULAR	Quota-Parte %	RENDAS (Rendimento líquido)	RETENÇÕES NA FONTE DE IRS	ENTIDADE RETENTORA (NIF)
417								
418								
419								
420								
421								
422								
423								
424								
425								
426								
427								
428								
429								
430								
431								
432								
433								
434								
435								
436								
437								
438								
439								
440								
441								
442								
443								
444								
445								
446								
447								
448								
449								
450								
451								
452								
453								
454								
455								
456								
Soma (416 + 417 ... + 456)								

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

ANEXO F

Destina-se a declarar os rendimentos prediais, tal como são definidos no art. 8.º do CIRIS.

• QUEM DEVE APRESENTAR O ANEXO F

Os sujeitos passivos quando estes ou os dependentes que integram o agregado familiar tenham auferido rendimentos prediais.

Este anexo não é individual, pelo que deverá ser apresentado apenas um anexo por agregado, no qual não se incluem todos os rendimentos prediais sujeitos a imposto.

• QUANDO E ONDE DEVE SER APRESENTADO O ANEXO F

Nos prazos e locais previstos para a apresentação da declaração de rendimentos modelo 3, da qual faz parte integrante.

QUADRO 3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

A identificação dos sujeitos passivos (campos 02 e 03) deve respeitar a posição assumida para cada um no quadro 3A do rosto da declaração modelo 3.

QUADRO 4 RENDIMENTOS ENGLOBADOS

Destina-se este quadro a inscrever os rendimentos prediais obtidos, independentemente da área fiscal (continente ou Regiões Autónomas) em que os prédios se situem. Não devem ser referenciados prédios ou frações que não produziram rendimentos.

Em cada linha será inscrito apenas um prédio, observando-se o seguinte, quanto à sua identificação matricial:

- A identificação da **freguesia** deve ser efectuada através da inscrição do respectivo código composto por seis dígitos. Este código consta nos Documentos de Cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis, podendo também ser obtido em qualquer serviço de finanças ou através da Internet na consulta à identificação do património, para a qual terá de dispor de senha pessoal de acesso à consulta de qualquer informação tributária, podendo a mesma ser solicitada no endereço [www.e-financas.gov.pt](http://www.e-financas.gov.pt);
- A identificação do **tipo** de prédio deverá efectuar-se através da inscrição das seguintes letras:
  - U – urbano
  - R – rústico
  - O – omissio
- A identificação do **artigo** deve efectuar-se através da inscrição do respectivo número, devendo ter-se em atenção que a posição dos respectivos algarismos se deve efectuar da esquerda para a direita, de modo que, existindo casas vazias, estas estejam colocadas sempre à direita do número inscrito, excepto no envio pela Internet onde esta regra não tem aplicação;
- Na coluna destinada à identificação da **fração/secção** não pode ser indicada, por cada campo, mais do que uma fração ou secção, mesmo que respeitem ao mesmo contrato e ao mesmo artigo matricial, devendo, neste caso, proceder-se à sua discriminação, indicando por cada fração/secção o valor da renda que lhe é imputável. O seu preenchimento deverá ser feito da esquerda para a direita, de modo que, existindo casas vazias, estas fiquem situadas sempre à direita dos caracteres inscritos, excepto no envio pela Internet onde esta regra não tem aplicação.

Exemplo:

4 RENDIMENTOS ENGLOBADOS								
IDENTIFICAÇÃO MATRICIAL DOS PRÉDIOS				TITULAR	Quota-Parte %			
Freguesia (código)	Tipo	Artigo	Fração / Secção					
401	04102110	R	11511	C				
402	04102110	U	32150	M				

Na coluna destinada à indicação do **titular** dos rendimentos devem utilizar-se os códigos abaixo definidos, conforme se indica:

A = Sujeito passivo A;  
B = Sujeito passivo B;  
C = Se o bem arrendado pertencer em comum aos sujeitos passivos A e B.

Os dependentes devem ser identificados conforme se exemplifica, tendo em conta a posição assumida para cada um nos quadros 3B ou 3C da declaração modelo 3 de IRS (rosto):

D1 = Dependente não deficiente DD1 = Dependente deficiente  
D2 = Dependente não deficiente DD2 = Dependente deficiente

Na coluna destinada à indicação da quota-parte, nos casos de **co-propriedade** (art. 19.º do CIRIS), deve ser indicada a percentagem que, na propriedade, pertence ao titular dos rendimentos.

Na coluna das **rendas recebidas** serão indicados os rendimentos prediais líquidos que, tendo a natureza de rendimentos prediais, foram pagos ou colocados à disposição, durante o ano a que o imposto respeita, exceptuando-se os rendimentos resultantes da sublocação, os quais serão exclusivamente declarados no quadro 6. Consideram-se colocadas à disposição dos titulares dos rendimentos as rendas depositadas nos termos legais.

Na coluna das **retenções na fonte** serão indicados os valores correspondentes às retenções de IRS efectuadas sobre os rendimentos prediais, excepto as respeitantes às sublocações que serão de indicar no quadro 6 (campo 604).

Na coluna respeitante à **entidade retentora** devem indicar-se os números de identificação fiscal (NIF ou NIPC) pertencentes às entidades que efectuaram retenções na fonte de IRS sobre os valores das rendas pagas aos sujeitos passivos.

QUADRO 5 DESPESAS DOCUMENTADAS

Destina-se à indicação das despesas suportadas durante o ano com a manutenção e conservação dos prédios, impostos e taxas autárquicas, bem como as despesas de condomínio dos prédios ou parte de prédios cujo rendimento tenha sido englobado, quando devidamente documentadas.

O sublocador não deve incluir neste quadro quaisquer despesas suportadas com prédios sublocados.

QUADRO 6 SUBLOCAÇÃO

QUADRO 6A APURAMENTO DO RENDIMENTO

A diferença entre a renda recebida (valor líquido) pelo sublocador (campo 601) e aquela que foi paga ao senhorio correspondente ao imóvel (ou parte) sublocado (campo 602) constitui o valor do rendimento a inscrever no campo 603.

O valor da retenção de IRS que, eventualmente, tenha sido efectuada pelo sublocatário deverá ser inscrito no campo 604.

QUADRO 6B ENTIDADES RETENTORAS/IRS RETIDO

Os campos 605 a 609 destinam-se a identificar a entidade que efectuou a retenção de IRS e o respectivo valor de imposto retido, bem como os respectivos titulares dos rendimentos, os quais devem ser identificados através dos códigos já mencionados para o quadro 4.

O rendimento a indicar neste quadro é o que serviu de base à retenção na fonte respeitante a cada titular.

Assinaturas

O anexo deve ser assinado pelos sujeitos passivos ou por um seu representante ou gestor de negócios. A falta de assinatura é motivo de recusa da declaração.

MODELO EM VIGOR A PARTIR DE 1.º DE JANEIRO DE 2007

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPÓSTOS  
DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS

MAIS-VALIAS E OUTROS INCREMENTOS PATRIMONIAIS

1 CATEGORIA G

2 ANO DOS RENDIMENTOS

01 2

RESERVADO À LEITURA ÓPTICA

3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

Sujeito passivo A NIF 02

Sujeito passivo B NIF 03

4 ALIENAÇÃO ONEROSA DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS E AFECÇÃO DE QUALQUER BENS A ACTIVIDADE EMPRESARIAL E PROFISSIONAL - Art. 10.º, n.º 1, alínea a) do CIRS

Titular	Ano	Mês	Realização	Valor	Ano	Mês	Aquisição	Valor	Despesas e encargos
401									
402									
403									
404									
405									
406									
407									
408									
Soma									

IDENTIFICAÇÃO MATRICIAL DOS BENS

Campos	Freguesia (código)	Tipo	Artigo	Fracção/Secção	Árvore/Colónia	Quota-Parte %
Campo 401						
Campo 402						
Campo 403						
Campo 404						
Campo 405						
Campo 406						
Campo 407						
Campo 408						

5 REINVESTIMENTO DO VALOR DE REALIZAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE

Ano da alienação 501

Campo do quadro 4 502

Ano da alienação 506

Campo do quadro 4 510

Valor em dívida do empréstimo à data da alienação do bem referido no campo 502 503

Valor em dívida do empréstimo à data da alienação do bem referido no campo 510 511

Valor de realização que pretende reinvestir (sem recurso ao crédito) 504

Valor de realização que pretende reinvestir (sem recurso ao crédito) 512

Valor reinvestido nos 12 meses anteriores (sem recurso ao crédito) 505

Valor reinvestido nos 12 meses anteriores (sem recurso ao crédito) 513

Valor reinvestido no ano da alienação (sem recurso ao crédito) 506

Valor reinvestido no ano da alienação (sem recurso ao crédito) 514

Valor reinvestido no primeiro ano seguinte (sem recurso ao crédito) 507

Valor reinvestido no primeiro ano seguinte (sem recurso ao crédito) 515

Valor reinvestido no segundo ano seguinte dentro dos 24 meses (sem recurso ao crédito) 508

Valor reinvestido no segundo ano seguinte dentro dos 24 meses (sem recurso ao crédito) 516

IDENTIFICAÇÃO MATRICIAL DO IMÓVEL OBJECTO DE REINVESTIMENTO

Campos	Titular	Freguesia (código)	Tipo	Artigo	Fracção	Quota-Parte %
Campos 505 ou 506 a 508						
Campos 513 ou 514 a 516						

Modelo n.º 1909 (Exclusivo do RCM, S. A.)

Preço: 0,43

5 601147 043773

MODELO EM VIGOR A PARTIR DE 1.º DE JANEIRO DE 2007

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPÓSTOS  
DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS

MAIS-VALIAS E OUTROS INCREMENTOS PATRIMONIAIS

1 CATEGORIA G

2 ANO DOS RENDIMENTOS

01 2

RESERVADO À LEITURA ÓPTICA

3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

Sujeito passivo A NIF 02

Sujeito passivo B NIF 03

4 ALIENAÇÃO ONEROSA DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS E AFECÇÃO DE QUALQUER BENS A ACTIVIDADE EMPRESARIAL E PROFISSIONAL - Art. 10.º, n.º 1, alínea a) do CIRS

Titular	Ano	Mês	Realização	Valor	Ano	Mês	Aquisição	Valor	Despesas e encargos
401									
402									
403									
404									
405									
406									
407									
408									
Soma									

IDENTIFICAÇÃO MATRICIAL DOS BENS

Campos	Freguesia (código)	Tipo	Artigo	Fracção/Secção	Árvore/Colónia	Quota-Parte %
Campo 401						
Campo 402						
Campo 403						
Campo 404						
Campo 405						
Campo 406						
Campo 407						
Campo 408						

5 REINVESTIMENTO DO VALOR DE REALIZAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE

Ano da alienação 501

Campo do quadro 4 502

Ano da alienação 506

Campo do quadro 4 510

Valor em dívida do empréstimo à data da alienação do bem referido no campo 502 503

Valor em dívida do empréstimo à data da alienação do bem referido no campo 510 511

Valor de realização que pretende reinvestir (sem recurso ao crédito) 504

Valor de realização que pretende reinvestir (sem recurso ao crédito) 512

Valor reinvestido nos 12 meses anteriores (sem recurso ao crédito) 505

Valor reinvestido nos 12 meses anteriores (sem recurso ao crédito) 513

Valor reinvestido no ano da alienação (sem recurso ao crédito) 506

Valor reinvestido no ano da alienação (sem recurso ao crédito) 514

Valor reinvestido no primeiro ano seguinte (sem recurso ao crédito) 507

Valor reinvestido no primeiro ano seguinte (sem recurso ao crédito) 515

Valor reinvestido no segundo ano seguinte dentro dos 24 meses (sem recurso ao crédito) 508

Valor reinvestido no segundo ano seguinte dentro dos 24 meses (sem recurso ao crédito) 516

IDENTIFICAÇÃO MATRICIAL DO IMÓVEL OBJECTO DE REINVESTIMENTO

Campos	Titular	Freguesia (código)	Tipo	Artigo	Fracção	Quota-Parte %
Campos 505 ou 506 a 508						
Campos 513 ou 514 a 516						

Modelo n.º 1909 (Exclusivo do RCM, S. A.)

NÃO SERVE DE COMPROMISSO

6 ALIENAÇÃO ONEROSA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL - Art. 10.º, n.º 1, alínea c) do CIRS

Identificação do bem	Titular	Valor de realização	Valor de aquisição	Despesas e encargos
601				
602				
Soma				

7 CESSÃO ONEROSA DE POSIÇÕES CONTRATUAIS OU OUTROS DIREITOS RELATIVOS A BENS IMÓVEIS - Art. 10.º, n.º 1, alínea d) do CIRS

Identificação do contrato	Titular	Valor de realização do direito	Valor de aquisição do direito
701			
702			
Soma			

8 ALIENAÇÃO ONEROSA DE PARTES SOCIAIS E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS - Art. 10.º, n.º 1, alínea b) do CIRS

Titular	Ano	Mês	Realização	Valor	Ano	Mês	Aquisição	Valor	Despesas e encargos
801									
802									
803									
804									
805									
806									
807									
808									
809									
810									
811									
812									
813									
814									
815									
816									
Soma									

9 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS, WARRANTS AUTÓNOMOS E CERTIFICADOS - Art. 10.º, n.º 1, alínea e) e g) do CIRS

Operações relativas a instrumentos financeiros derivados	Titular	Rendimento líquido
901		
Operações relativas a warrants autónomos	902	
Operações relativas a certificados que atribuem direito a receber valor de activo subjacente	903	
Contratos de futuros e opções celebrados em Bolsa de Valores (2002)	904	
Contratos de futuros e opções celebrados em Bolsa de Valores - EBF (só para 2001)	905	
Soma		

Opta pelo englobamento dos rendimentos incluídos nos quadros 8 e 9? SIM 1 NÃO 2

10 OUTROS INCREMENTOS PATRIMONIAIS - Alíneas b) e c) do n.º 1 do art. 8.º do CIRS

Natureza dos incrementos	Titular	Rendimento líquido	Retenções
Indemnizações por danos patrimoniais, danos não patrimoniais e lucros cessantes	1001		
Importâncias auferidas em virtude da assunção de obrigações de não concorrência	1002		
Soma			

IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES QUE EFECTUARAM AS RETENÇÕES E RESPECTIVOS VALORES

VALOR	VALOR
NIF 1003	NIF 1005
NIF 1004	NIF 1006

DATA

O(S) DECLARANTE(S), REPRESENTANTE LEGAL OU GESTOR DE NEGÓCIOS

A) B)

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

ANEXO G

Este anexo destina-se a declarar os incrementos patrimoniais, tal como são definidos nos arts. 9.º e 10.º do CIRS.

• QUEM DEVE APRESENTAR O ANEXO G

Os sujeitos passivos quando, estes ou os dependentes que integram o agregado familiar, tenham obtido mais-valias ou outros incrementos patrimoniais sujeitos a imposto. As mais-valias não sujeitas a imposto relativas à alienação de direitos reais sobre bens imóveis (art. 5.º do Decreto-Lei n.º 442-A/86) e de acções por mais de 12 meses (alínea a) do n.º 2 do art. 10.º do CIRS) devem ser declaradas no anexo G1.

Este anexo não é individual, pelo que deverá incluir os incrementos patrimoniais auferidos por todos os membros do agregado.

• QUANDO E ONDE DEVE SER APRESENTADO O ANEXO G

Nos prazos e locais previstos para a apresentação da declaração de rendimentos modelo 3, da qual faz parte integrante.

QUADRO 3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

A identificação dos sujeitos passivos (campos 02 e 03) deve respeitar a posição assumida para cada um no quadro 3A do rosto da declaração modelo 3.

QUADRO 4 ALIENAÇÃO ONEROSA DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS E AFECÇÃO DE QUALQUER BENS A ACTIVIDADE EMPRESARIAL E PROFISSIONAL

Destina-se a declarar:

- Alienação onerosa de direitos reais sobre bens imóveis (direito de propriedade e direitos reais menores, como o de usufruto, de superfície, de uso e habitação).
- Afecção de quaisquer bens à actividade empresarial e profissional prevista na alínea a) do n.º 1 do art. 10.º do CIRS.

Na coluna «Titular» deve ser identificado o titular ou titulares do direito, com a utilização dos códigos abaixo definidos conforme se exemplifica:

A = Sujeito passivo A;  
B = Sujeito passivo B;  
C = Se o bem alienado pertencer em comum aos sujeitos passivos A e B.

Os dependentes devem ser identificados conforme se exemplifica, tendo em conta a posição assumida para cada um nos quadros 3B ou 3C da declaração modelo 3 de IRS (rosto).

D1 = Dependente não deficiente  
D2 = Dependente deficiente  
DD1 = Dependente deficiente  
DD2 = Dependente deficiente

Na coluna «Realização» deve ter-se em conta que a data de realização é a do acto ou contrato de alienação, tendo a mesma natureza, para este efeito, o contrato-promessa de compra e venda com tradição do imóvel. No caso da afecção prevista na alínea a) do n.º 1 do art. 10.º do CIRS, a declaração deve ser efectuada no ano em que ocorrer a alienação onerosa dos bens em causa ou outro facto que determine o apuramento de resultados em condições análogas. Na determinação do valor de realização, sempre que os valores por que os bens imóveis houverem sido considerados para efeitos de liquidação do IMT, ou deverem ser considerados no caso de não haver lugar à liquidação, forem superiores aos valores declarados de venda, consideram-se aqueles como os valores de realização para efeitos de tributação (n.º 2 do art. 44.º do CIRS). Este caso pode implicar a alteração de rendimentos já declarados ou a obrigação de os declarar, devendo, para esse efeito, os sujeitos passivos apresentar a respectiva declaração nos termos do n.º 2 do art. 60.º do CIRS.

Na coluna «Aquisição» deve ter-se em conta que a data de aquisição corresponde àquela em que foi realizado o acto ou contrato de aquisição. O valor de aquisição é determinado de harmonia com as regras previstas nos arts. 45.º e 47.º do CIRS.

Na coluna «Despesas e encargos» serão inscritos os encargos com a valorização dos bens comprovadamente realizados nos últimos cinco anos e as despesas necessárias e efectivamente praticadas, inerentes à aquisição e à alienação do bem transmitido (art. 51.º do CIRS).

A liquidação automática assegura a consideração de apenas 50 % do saldo entre as mais-valias e as menos-valias realizadas respeitantes a transmissões efectuadas por residentes, nos termos do n.º 2 do art. 43.º do CIRS, bem como a aplicação do coeficiente de correcção monetária ao valor de aquisição. Assim, todos os valores devem ser inscritos neste quadro pela totalidade, dentro das regras anteriormente referidas.

Na identificação matricial dos bens alienados, que se efectuará em correspondência com os respectivos campos, deve ter-se em atenção as seguintes regras de preenchimento:

- A identificação da freguesia deve ser efectuada através da inscrição do respectivo código, composto por seis dígitos. Este código consta nos Documentos de Cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis, podendo também ser obtido em qualquer serviço de franquias ou através da Internet, na consulta à identificação do património, para a qual terá de dispor de senha pessoal de acesso à consulta de qualquer informação tributária, podendo a mesma ser solicitada no endereço [www.e-finanças.gov.pt](http://www.e-finanças.gov.pt).
- A identificação do tipo de prédio deverá efectuar-se através da inscrição das seguintes letras:
  - U - urbano
  - R - rústico
  - O - omisso
- A identificação do artigo deve efectuar-se através da inscrição do respectivo número, devendo ter-se em atenção que a aposição dos algarismos se deve efectuar da esquerda para a direita, de modo que, existindo casas vazias, estas estejam colocadas sempre à direita do número inscrito, excepto no envio pela Internet, em que esta regra não tem aplicação.
- Na coluna destinada à identificação da fracção/colónia deve ter-se em atenção que a aposição das letras e números (alfanuméricos), que identificam a fracção ou secção deve efectuar-se da esquerda para a direita, de modo que, existindo casas vazias, estas fiquem situadas sempre à direita dos caracteres inscritos, excepto no envio pela Internet, em que esta regra não tem aplicação.
- A coluna destinada à identificação da árvore/colónia, consultada por elementos exclusivamente respeitantes a prédios rústicos, só deve ser preenchida quando os referidos elementos façam parte integrante da respectiva identificação matricial, devendo, neste caso, ser seguidas as regras indicadas para as colunas anteriormente referidas.

Exemplo:

Campos	Freguesia (código)	Tipo	Artigo	Fracção / Secção	Árvore / Colónia	Quota-Parte %
401	0 4 0 8 1 0	R	1 5 1 5	G		
402	0 4 0 8 1 0	U	3 8 1 5	O	X	

Na coluna destinada à indicação da contitularidade (art. 19.º do CIRS) será indicada a quota-parte (percentagem) que, na propriedade, pertence ao titular dos rendimentos.

**QUADRO 8 REINVESTIMENTO DO VALOR DE REALIZAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO À HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO ALIENADO**

São excludas da tributação as main-valores provenientes da alienação onerosa de imóveis destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar se o produto da main-valores (valor de realização) for utilizado na aquisição de outro imóvel, de terreno para construção de imóvel ou na construção de qualquer outro imóvel, excluído exclusivamente com o mesmo destino, situado em território português, desde que cumpridas as condições estabelecidas nos n.ºs 6 e do art. 10.º do CIRS.

Assim, os sujeitos passivos que pretendam beneficiar desta exclusão devem indicar:

- a) No campo 501, o ano em que ocorreu a alienação;
- b) No campo 502, o campo do quadro 4 correspondente ao imóvel alienado cujo valor de realização se pretende reinvestir;
- c) No campo 503, o valor da capital em dívida do emprestito contratado para a **aquisição do bem alienado** (excluem-se os juros e outros encargos, bem como o pagamento de despesas de natureza acessória);
- d) No campo 504, o valor de realização que o sujeito passivo pretende reinvestir na aquisição de habitação própria e permanente, excluindo a parte do valor da aquisição decorrente com recurso ao crédito;
- e) Nos campos 505 e 506, respectivamente o valor e o ano que foi reinvestido nos 12 meses anteriores e o que foi efectuado no ano da alienação, excluindo a parte do valor da aquisição efectuada com recurso ao crédito;
- f) No campo 507, deve ser indicado o valor reinvestido no ano seguinte ao da alienação do bem imóvel, excluindo a parte do valor da aquisição efectuada com recurso ao crédito;
- g) No campo 508 deve ser indicado o valor reinvestido no ano seguinte, mas dentro dos **24 meses** contados da data da alienação, excluindo a parte do valor da aquisição efectuada com recurso ao crédito.

De notar, que, no ano da alienação, só podem ser preenchidos os campos 501 a 504 e 505 ou 506.

No ano seguinte só devem ser preenchidos os campos 501, 502 e 503 (reinvestimento no mesmo ano).

No segundo ano seguinte só devem ser preenchidos os campos 501, 502 e 506 (reinvestimento folio nesse ano, mas dentro dos 24 meses a contar da data da alienação).

**Nos dois anos seguintes ao da alienação, o Anexo G não deve ser apresentado se não tiver havido qualquer reinvestimento.**

Exclusivamente poderá haver um reinvestimento no mesmo ano, informação sobre o reinvestimento de imóveis diferentes, estando os campos 509 a 516 preparados para receber, de forma semelhante, a informação que se encontra especificada nas alíneas anteriores, relativamente a imóvel suscetível de beneficiar da exclusão.

Não sendo cumpridos os requisitos previstos no n.º 6 do art. 10.º do CIRS, a exclusão por reinvestimento em habitação própria e permanente fica sem efeito, devendo o sujeito passivo apresentar, no prazo de 30 dias, estabelecido no n.º 2 do art. 60.º do mesmo Código, uma declaração de submissão referente ao ano da alienação, referindo os valores resultantes do quadro 4, que para a identificação da identificação do imóvel objeto de reinvestimento, devendo o seu preenchimento seguir as mesmas regras ali previstas no quadro 4, quer para a apresentação material dos bens alienados, quer no que se refere a forma como devem ser identificados os respectivos valores.

**QUADRO 8 ALIENAÇÃO ONEROSA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

Devem ser declarados os ganhos obtidos com actos de alienação onerosa da propriedade intelectual ou industrial ou de experiência adquirida no sector comercial, industrial ou científico, quando o transmittente não seja o titular originário. Se o rendimento for obtido pelo titular originário, deverá este ser indicado no Anexo B do CIRS.

A liquidação automática assegura a consideração de apenas 50 % das main-valores obtidas, respeitantes a transmissões efectuadas por residentes, nos termos do n.º 2 do art. 43.º do CIRS. Assim, todos os valores devem ser inscritos neste quadro pela metade.

Para identificação do titular, devem ser utilizados os códigos que foram definidos para o quadro 4.

**QUADRO 7 CESSÃO ONEROSA DE POSIÇÕES CONTRATUAIS OU OUTROS DIREITOS RELATIVOS A BENS IMÓVEIS**

Destina-se a declaração de cessão onerosa de posições contratuais ou outros direitos inerentes a contratos relativos a bens imóveis.

A liquidação automática assegura a consideração de apenas 50 % das main-valores obtidas, respeitantes a transmissões efectuadas por residentes, nos termos do n.º 2 do art. 43.º do CIRS. Assim, todos os valores devem ser inscritos neste quadro pela metade.

Para identificação do titular, devem ser utilizados os códigos que foram definidos para o quadro 4.

**QUADRO 8 ALIENAÇÃO ONEROSA DE PARTES SOCIAIS E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS**

Destina-se a declaração da alienação onerosa de partes sociais (quotas e acções) e outros valores mobiliários, com excepção dos seguintes que se encontram excluídos da tributação:

- a) Partes sociais e outros valores mobiliários cujas titularidades o alienante tenha adquirido até 31 de Dezembro de 1988;
- b) Acções que o alienante tenha detido durante mais de 12 meses (a declarar no Anexo G);
- c) Obrigações, outros valores de dívida.

No seu preenchimento deverá proceder da seguinte forma:

- As operações de alienação podem ser declaradas globalmente por titular de rendimentos, mencionando-se, nesse caso, como datas de aquisição e de realização, respectivamente, a primeira e a última em que as mesmas se realizaram. A **declaração global não obrigatória** quando o número de operações for inferior a dez e quando o valor de realização for inferior a 100 000 €.
- O valor de realização é determinado de acordo com as regras estabelecidas no art. 44.º do CIRS;
- O valor de aquisição é determinado nos termos das regras estabelecidas nos artigos 45.º e 46.º do CIRS;
- Nas colunas «Despesas e encargos» poderão ser inscritas as **despesas necessárias e efectivamente praticadas** inerentes à alienação.

Para identificação do titular, devem ser utilizados os códigos que foram definidos para o quadro 4.

No fim do quadro 9 encontra-se um espaço (Campos 1 e 2) destinado à formalização da opção pelo englobamento.



**QUADRO 9 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS, WARRANTS AUTÓNOMOS E CERTIFICADOS**

Destina-se a declaração de operações relativas a instrumentos financeiros derivados, referidas nas alíneas a) e g) do n.º 1 do art. 10.º do CIRS, com excepção dos seguintes instrumentos de operação que não são sujeitos a tributação nos termos do Anexo E do CIRS:

- a) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- b) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- c) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- d) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- e) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- f) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- g) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- h) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- i) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- j) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- k) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- l) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- m) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- n) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- o) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- p) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- q) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- r) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- s) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- t) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- u) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- v) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- w) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- x) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- y) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- z) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- aa) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- ab) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- ac) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- ad) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- ae) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- af) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- ag) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- ah) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- ai) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- aj) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- ak) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- al) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- am) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- an) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- ao) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- ap) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- aq) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- ar) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- as) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- at) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- au) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- av) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- aw) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- ax) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- ay) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- az) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- ba) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- bb) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- bc) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- bd) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- be) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- bf) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- bg) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- bh) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- bi) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- bj) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- bk) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- bl) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- bm) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- bn) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- bo) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- bp) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- bq) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- br) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- bs) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- bt) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- bu) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- bv) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- bw) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- bx) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- by) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- bz) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- ca) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E;
- cb) Derivados de opções de compra e venda de activos financeiros definidos para o ano E


[illegible]

O titular declara sob pena de falsidade, multa e prisão que as informações prestadas são verdadeiras e corretas.

MODELO EM VIGOR A PARTIR DE JANEIRO DE 2007		<b>MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	<b>MAIS VALIAS NÃO TRIBUTADAS</b>	<b>2 ANO DOS RENDIMENTOS</b>	RESERVADO À LEITURA ÓPTICA						
	 <b>MODELO 3 Anexo G1</b>				01 2						
	<b>IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)</b>										
	Sujeito passivo A NIF 02			Sujeito passivo B NIF 03							
ORIGINAL PARA A DDCI	<b>ALIENAÇÃO ONEROSA DE ACÇÕES DETIDAS DURANTE MAIS DE 12 MESES</b>										
	Realização		Aquisição		Realização		Aquisição				
Mês	Valor	Ano	Mês	Valor	Mês	Valor	Ano	Mês	Valor		
	- - -					- - -			- - -		
SOMA DE CONTROLO				401							
<b>IMÓVEIS ALIENADOS EXCLUÍDOS DA TRIBUTAÇÃO (N.º 4 do art. 4.º e art. 6.º do DL n.º 442-A/88, de 30 de Novembro)</b>											
Freguesia	Identificação Matricial			Data de Aquisição			Valores				
	Tipo	Artigo	Fração	Ano	Mês	Dia	Realização	Aquisição			
501							- - -	- - -			
502							- - -	- - -			
503							- - -	- - -			
504							- - -	- - -			
505							- - -	- - -			
506							- - -	- - -			
507							- - -	- - -			
508							- - -	- - -			
509							- - -	- - -			
510							- - -	- - -			
511							- - -	- - -			
512							- - -	- - -			
513							- - -	- - -			
514							- - -	- - -			
515							- - -	- - -			
516							- - -	- - -			
517							- - -	- - -			
518							- - -	- - -			
SOMA DE CONTROLO							- - -	- - -			
<b>DATA</b>				<b>O(S) DECLARANTE(S), REPRESENTANTE LEGAL OU GESTOR DE NEGÓCIOS</b>							
				Assinatura							
				A) _____							
				Assinatura							
				B) _____							

Modelo n.º 1910 (Exclusivo da RCM, S.A.)

Preço: € 0,38

  
5 601147 043780

# INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

## ANEXO G1

Este Anexo destina-se a declarar: as mais-valias, não sujeitas, resultantes da alienação onerosa de acções detidas por mais de 12 meses (art. 10.º, n.º 2, alínea a), do CIRIS) e a transmissão de imóveis, cujos ganhos não se encontravam sujeitos a imposto nos termos do n.º 4 do art. 4.º e do art. 5.º do Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro.

• **QUEM DEVE APRESENTAR O ANEXO G1**

O anexo G1 destina-se a ser apresentado pelos sujeitos passivos quando estes ou os dependentes que integram o agregado familiar, no ano a que respeita a declaração, tenham praticado qualquer dos actos atrás referidos.

• **QUANDO E ONDE DEVE SER APRESENTADO O ANEXO G1**

O anexo G1 deve ser apresentado conjuntamente com a declaração modelo 3 nos prazos e locais assinalados para a apresentação da declaração de rendimentos, da qual faz parte integrante.

**QUADRO 3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)**

A identificação dos sujeitos passivos (campos 02 e 03) deve respeitar a posição assumida para cada um no quadro 3A do resto da declaração modelo 3.

**QUADRO 4 ALIENAÇÃO ONEROSA DE ACÇÕES DETIDAS DURANTE MAIS DE 12 MESES**

Destina-se este quadro à identificação do ano e mês da aquisição e do mês da realização das acções alienadas onerosamente e detidas pelos sujeitos passivos durante mais de 12 meses.

Se o quadro for insuficiente para declarar todas as alienações, devem agrupar-se as acções alienadas por ano de aquisição.

**QUADRO 5 IMÓVEIS ALIENADOS EXCLUÍDOS DA TRIBUTAÇÃO**

Neste quadro devem ser identificados os bens imóveis, os respectivos valores da aquisição e de realização, bem como a data da aquisição e da alienação, respeitantes às transmissões onerosas de direitos reais sobre bens imóveis adquiridos antes da entrada em vigor do CIRIS (1 de Janeiro de 1989), cujos ganhos não eram sujeitos a Imposto de Mais-Valias (Código aprovado pelo Decreto-Lei n.º 46 673, de 9 de Junho de 1965), incluindo os ganhos derivados da alienação a título oneroso de prédios rústicos afectos ao exercício de uma actividade agrícola ou da transferência destes para uma actividade comercial ou industrial, exercida pelo respectivo proprietário, desde que aquela afectação tenha ocorrido antes de 1 de Janeiro de 2001, conforme estabelece o n.º 4 do art. 4.º e art. 5.º do Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro.

**Assinaturas**

O anexo deve ser assinado pelos sujeitos passivos ou por um seu representante ou gestor de negócios. A falta de assinatura é motivo de recusa da declaração.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO GERAL DOS IMPÓSTOS  
DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS  
Modelo 3  
Anexo H

**BENEFÍCIOS FISCAIS E DEDUÇÕES**

2 ANO DOS RENDIMENTOS  
01 2

RESERVADO À LEITURA ÓPTICA

3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)  
Sujeito passivo A NIF 02  
Sujeito passivo B NIF 03

4 RENDIMENTOS ISENTOS SUJEITOS A ENGOBAMENTO  
CÓDIGO RENDIMENTO TITULAR RENDIMENTOS LÍQUIDOS RETENÇÃO DE IRS NIF DA ENTIDADE PAGADORA / RETENTORA DE IRS

5 RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL ISENTOS PARCIALMENTE - ART. 56.º DO EBF  
TITULAR MONTANTE DO RENDIMENTO TITULAR MONTANTE DO RENDIMENTO TITULAR MONTANTE DO RENDIMENTO

6 ABATIMENTOS  
VALOR NIF DOS BENEFICIÁRIOS DAS PENSÕES  
Pensões 601 604  
Rendas recebidas (ano 2001) 602 605  
Aquisição ou construção de imóvel sem recurso ao crédito (ano 2001) 603 606

7 DEDUÇÕES À COLECTA - BENEFÍCIOS FISCAIS  
CÓDIGO BENEFÍCIO TITULAR IMPORTÂNCIA APLICADA NIF DA ENTIDADE GESTORA / DONATÁRIA

Modelo n.º 1911 (Exclusivo do NCM S.A.)

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO GERAL DOS IMPÓSTOS  
DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS  
Modelo 3  
Anexo H

**BENEFÍCIOS FISCAIS E DEDUÇÕES**

2 ANO DOS RENDIMENTOS  
01 2

RESERVADO À LEITURA ÓPTICA

3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)  
Sujeito passivo A NIF 02  
Sujeito passivo B NIF 03

4 RENDIMENTOS ISENTOS SUJEITOS A ENGOBAMENTO  
CÓDIGO RENDIMENTO TITULAR RENDIMENTOS LÍQUIDOS RETENÇÃO DE IRS NIF DA ENTIDADE PAGADORA / RETENTORA DE IRS

5 RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL ISENTOS PARCIALMENTE - ART. 56.º DO EBF  
TITULAR MONTANTE DO RENDIMENTO TITULAR MONTANTE DO RENDIMENTO TITULAR MONTANTE DO RENDIMENTO

6 ABATIMENTOS  
VALOR NIF DOS BENEFICIÁRIOS DAS PENSÕES  
Pensões 601 604  
Rendas recebidas (ano 2001) 602 605  
Aquisição ou construção de imóvel sem recurso ao crédito (ano 2001) 603 606

7 DEDUÇÕES À COLECTA - BENEFÍCIOS FISCAIS  
CÓDIGO BENEFÍCIO TITULAR IMPORTÂNCIA APLICADA NIF DA ENTIDADE GESTORA / DONATÁRIA

Modelo n.º 1911 (Exclusivo do NCM S.A.)

8 DEDUÇÕES À COLECTA PREVISTAS NO CIRS  
Despesas de saúde (bens e serviços isentos de IVA ou sujeitos à taxa de 5%) e juros contrólados para pagamento das mesmas  
Despesas de saúde com a aquisição de outros bens e serviços justificados através de receita médica  
Despesas de educação e de formação profissional dos sujeitos passivos e dependentes  
Encargos com lares de apoio à terceira idade relativos aos sujeitos passivos, seus ascendentes e colaterais até ao 3.º grau  
Juros e amortizações de dívidas com aquisição, construção, beneficiação de imóveis e prestações de contratos celebrados com cooperativas de habitação ou no regime de compras em grupo, com imóveis para habitação própria e permanente  
Rendas suportadas, por contratos para habitação própria e permanente, celebrados ao abrigo do RAU  
Seguros de acidentes pessoais e de vida que garantam exclusivamente riscos de morte, de invalidez ou de reformação por velhice  
Seguros que cubram exclusivamente riscos de saúde  
Despesas com a aquisição de equipamentos novos para a utilização de energias renováveis (inclui gás natural)  
Despesas com aquisição de equipamentos complementares indispensáveis ao funcionamento de equipamentos de energias renováveis  
Despesas suportadas com a obtenção de aconselhamento jurídico e patrocínio judiciário (para os anos de 2001 a 2004)

SOMA DE CONTROLO (801+ 802 + ... + 811)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES  
812 Se preencheu o campo 803 identifique o número de dependentes com despesas de educação  
813 Se preencheu o campo 804 identifique as pessoas que se encontram nos lares  
814 Se preencheu o campo 805 identifique a habitação  
815 Se preencheu o campo 806 identifique o sítio/localizador

9 CONSIGNAÇÃO DE 0,5% DO IMPOSTO LIQUIDADO (LEI N.º 16/2001, DE 22 DE JUNHO)  
ENTIDADES BENEFICIÁRIAS DO IRS CONSIGNADO  
Instituições Religiosas (art. 32.º, n.º 4)  
Instituições Particulares de Solidariedade Social ou Pessoas Colectivas de Utilidade Pública (art. 32.º, n.º 6)

10 ACRÉSCIMOS POR INCUMPRIMENTO DE REQUISITOS  
Pelo pagamento por empresas de seguros de quaisquer importâncias fora das condições previstas no n.º 5 do art. 66.º do CIRS  
Por atribuição de rendimentos ou reembolso de certificados ou planos individuais de poupança-reforma (PPR), poupança-educação (PPE) ou poupança-reforma/educação (PPRE) - Art. 21.º, n.º 4, do EBF  
Pelo levantamento antecipado do valor capitalizado de planos de poupança em ações (PPA) - Art. 24.º, n.º 4, do EBF e n.º 7 do Art. 39.º da Lei n.º 55-B/2004  
Pelo incumprimento das condições estabelecidas para subscrição dos planos de poupança em ações (PPA) - Art. 24.º, n.º 7, do EBF  
Por utilização de saldos de contas poupança-habitação (CPH) para fins não previstos ou antes de decorrido o prazo estabelecido - Art. 11.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 302/99, de 6 de Novembro, e n.º 2 do art. 16.º do EBF  
Pelo reembolso ou utilização para fins não previstos das importâncias entregues às cooperativas de habitação e construção - Art. 17.º, n.º 3, do Estatuto Fiscal Cooperativo  
Pela insubsistência das condições relativas às entregas para realização do capital social de cooperativas, previstas no n.º 4 do art. 17.º do Estatuto Fiscal Cooperativo  
Por utilização de saldos das contas poupança-condomínio para fins não previstos ou antes de decorrido o prazo estabelecido - Art. 3.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 269/94, de 25 de Outubro  
Pelo incumprimento do disposto na alínea b) do art. 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2000/M, de 28 de Fevereiro

SOMA DE CONTROLO (1001 + 1002 + ... + 1009)

DATA O(S) DECLARANTE(S), REPRESENTANTE LEGAL OU GESTOR DE NEGÓCIOS  
Assinatura  
A) \_\_\_\_\_  
Assinatura  
B) \_\_\_\_\_

**INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO**  
**ANEXO H**

Destina-se a declarar rendimentos total ou parcialmente isentos, abatimentos ao rendimento líquido total, deduções à colecta previstas no CIRS, no Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) e em outros diplomas legais, bem como acréscimos à colecta e ao rendimento por incumprimento de requisitos nele previstos.

• **QUEM DEVE APRESENTAR O ANEXO H**  
Os sujeitos passivos, quando haja lugar à aplicação de benefícios fiscais, dedução de despesas ou à obrigatoriedade de declarar acréscimos à colecta nele previstos. Este anexo não é individual, pelo que deverá incluir os elementos respeitantes a todos os membros do agregado.

• **QUANDO E ONDE DEVE SER APRESENTADO O ANEXO H**  
Nos prazos e locais previstos para a apresentação da declaração de rendimentos modelo 3, da qual faz parte integrante.

**QUADRO 3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)**  
A identificação dos sujeitos passivos (campos 02 e 03) deve respeitar a posição assumida para cada um do quadro 3A do rosto da declaração modelo 3.

**QUADRO 4 RENDIMENTOS ISENTOS SUJEITOS A ENGOBAMENTO**  
Devem ser declarados os rendimentos totalmente isentos sujeitos a englobamento, de acordo com a legislação que lhes é aplicável.  
A primeira coluna (Código Rendimento) destina-se à identificação do rendimento, a qual se efectua através da indicação do respectivo código que lhe corresponde na tabela seguinte.

**CÓDIGOS CATEGORIAS RENDIMENTOS**

401	A	Remunerações do pessoal das missões diplomáticas e consulares - (art. 35.º, n.º 1, alínea a), do EBF)
402	A	Remunerações do pessoal ao serviço de organizações estrangeiras ou internacionais - (art. 35.º, n.º 1, alínea b), do EBF)
403	B	Lucros derivados de obras ou trabalhos das infra-estruturas comuns NATO, a realizar em território português nos termos do Decreto-Lei n.º 41 561, de 17 de Março de 1958, por empreiteiros ou arrendatários nacionais ou estrangeiros - (art. 38.º, n.º 1, do EBF)
404	A	Recadamentos em capital de importâncias despendidas pelas entidades patronais para regimes de segurança social - (art. 15.º, n.º 3, do EBF)
405	A	Remunerações auferidas na qualidade de tripulante de navios registados no Registo Internacional de Navios (Zona Franca da Madeira) - (art. 33.º, n.º 8, do EBF)
406	A	Remunerações auferidas ao abrigo de acordos de cooperação - (art. 37.º, n.º 1 e 2, do EBF) - isenção não dependente de reconhecimento prévio
407	A	Remunerações auferidas ao abrigo de acordos de cooperação - (art. 37.º, n.º 3, do EBF) - isenção dependente de reconhecimento prévio - trabalho dependente
408	B	Remunerações auferidas ao abrigo de acordos de cooperação - (art. 37.º, n.º 3 e 5, do EBF) - isenção dependente de reconhecimento prévio - rendimentos profissionais
409	A	Remunerações auferidas no desempenho de funções integradas em missões de carácter militar, efectuadas no estrangeiro, com objectivos humanitários - (art. 36.º do EBF)

A segunda coluna (Titular do Rendimento) destina-se à identificação dos titulares dos rendimentos, devendo esta identificação efectuar-se através da utilização dos códigos previamente definidos no rosto da declaração modelo 3, conforme a seguir se indica:  
A = Sujeito Passivo A  
B = Sujeito Passivo B

Os dependentes devem ser identificados conforme se exemplifica, tendo em conta a posição assumida para cada um dos quadros 3B ou 3C da declaração modelo 3 (de 3 a 6 IRS (resto))  
D1 = Dependente não deficiente DD1 = Dependente deficiente  
D2 = Dependente não deficiente DD2 = Dependente deficiente

A terceira coluna (Rendimentos líquidos) destina-se à indicação do valor dos rendimentos líquidos correspondentes ao código mencionado na primeira coluna.  
A quarta coluna (Retenção de IRS) destina-se à indicação do valor correspondente à retenção de IRS que, eventualmente, tenha sido praticada sobre os rendimentos isentos anteriormente mencionados.  
A quinta coluna (NIF da Entidade Pagadora/Retentora de IRS) destina-se à identificação da entidade pagadora dos rendimentos isentos.

**QUADRO 5 RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL ISENTOS PARCIALMENTE - ART. 56.º DO EBF**  
Campos 501 a 506. Será inscrita, por cada titular, a importância correspondente a 50% dos rendimentos provenientes da propriedade literária, artística (de exemplar único) e científica, quando auferidos por autores (titular original) residentes em território português, nos termos do art. 56.º do EBF, não podendo os rendimentos isentos de tributação superar o valor de € 27 194.  
Excluem-se os rendimentos provenientes de obras escritas sem carácter literário, artístico ou científico, obras de arquitectura e obras publicitárias.  
O titular **deficiente** cujo grau de invalidez permanente seja igual ou superior a 60% (art. 16.º do EBF) deve proceder da seguinte forma:  
- Indicar 50% dos rendimentos previstos no art. 56.º do EBF, se o rendimento for auferido de acordo com as regras do regime simplificado;  
- Indicar o valor deduzido no campo 431 do quadro 4 do anexo C determinado de acordo com as instruções desse anexo, se o rendimento for auferido com base na contabilidade organizada.

A indicação dos titulares dos rendimentos isentos parcialmente deve efectuar-se através da utilização dos códigos previamente definidos no rosto da declaração modelo 3, conforme a seguir se indica:  
A = Sujeito Passivo A  
B = Sujeito Passivo B

Os dependentes devem ser identificados conforme se exemplifica, tendo em conta a posição assumida para cada um dos quadros 3B ou 3C da declaração modelo 3 (resto):  
D1 = Dependente não deficiente DD1 = Dependente deficiente  
D2 = Dependente não deficiente DD2 = Dependente deficiente



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPÓSTOS  
DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS  
MODELO 3  
Anexo I  
(Herança individual)

2 ANO DOS RENDIMENTOS  
01 2

RESERVADO À LEITURA ÓPTICA

3 IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS PASSIVOS  
SUJEITO PASSIVO A NIF 02  
SUJEITO PASSIVO B NIF 03

4 IDENTIFICAÇÃO DA HERANÇA INDIVISA  
AUTOR DA HERANÇA NIF 04  
HERANÇA INDIVISA NIPC 05  
CABEÇA-DE-CASAL OU ADMINISTRADOR DA HERANÇA NIF 06

5 REGIME SIMPLIFICADO - ANEXO B  
RENDIMENTOS LÍQUIDOS  
COEFICIENTES  
RENDIMENTOS LÍQUIDOS

6 REGIME DE CONTABILIDADE ORGANIZADA - ANEXO C  
PREJUÍZO (campo 435 do anexo C) 801  
LUCRO (campo 436 do anexo C) 802

7 IMPUTAÇÃO DE RENDIMENTOS, DEDUÇÕES À COLECTA E TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA  
CONTITULARES (Número Fiscal de Contribuinte) % DE PARTIC.  
RENDIMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS  
RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PISCICOLAS  
RETEÇÕES NA FONTE  
VALOR DO IMPOSTO A IMPUTAR

8 TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA SOBRE DESPESAS  
VALOR TAXAS IMPOSTO

9 O DECLARANTE, REPRESENTANTE LEGAL OU GESTOR DE NEGÓCIOS  
Assinatura

Modelo n.º 1912 (Estatuto da NDM, S.A.)

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPÓSTOS  
DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS  
MODELO 3  
Anexo J  
(Herança estrangeira)

2 ANO DOS RENDIMENTOS  
01 2

RESERVADO À LEITURA ÓPTICA

3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)  
SUJEITO PASSIVO A NIF 02  
SUJEITO PASSIVO B NIF 03

4 IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DO RENDIMENTO  
NIF 04

5 RENDIMENTOS OBTIDOS NO ESTRANGEIRO  
NATUREZA DO RENDIMENTO SEGURANÇA SOCIAL MONTANTE DO RENDIMENTO IMPOSTO PAGO NO ESTRANGEIRO IMPOSTO RETIDO EM PORTUGAL

6 RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES INCLuíDOS NO QUADRO 4  
Rendimento Bruto N.º anos  
Rendimento Bruto N.º anos

7 IMPOSTO RETIDO EM PORTUGAL - ENTIDADES RETENTORAS DE IRS  
RETEÇÕES IRS NIF DA ENTIDADE RETENTORA  
RETEÇÕES IRS NIF DA ENTIDADE RETENTORA

8 O DECLARANTE, REPRESENTANTE LEGAL OU GESTOR DE NEGÓCIOS  
Assinatura

Modelo n.º 1913 (Estatuto da NDM, S.A.)

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO  
ANEXO I

Destina-se a declarar o lucro ou prejuízo (rendimento da categoria B) apurado pelo cabeça-de-casal ou administrador de herança indivisa, que deva imputado aos respectivos titulares, na proporção das suas quotas na herança (arts. 3.º e 19.º do CIRS).

• QUEM DEVE APRESENTAR O ANEXO I  
O cabeça-de-casal ou administrador de herança indivisa que produza rendimentos da categoria B. Este anexo é de apresentação obrigatória sempre que a declaração modelo 3 integre um anexo B ou C respeitante a herança indivisa.

• QUANDO E ONDE DEVE SER APRESENTADO O ANEXO I  
Nos prazos e locais previstos para a apresentação da declaração de rendimentos modelo 3, da qual faz parte integrante.

QUADRO 3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)  
A identificação dos sujeitos passivos (campos 02 e 03) deve respeitar a posição assumida para cada um no quadro 3A do rosto da declaração modelo 3.

QUADRO 4 IDENTIFICAÇÃO DA HERANÇA  
A identificação da herança indivisa (campo 05) deve efectuar-se através da indicação do número de identificação equiparado a pessoa colectiva (NIPC). Se na data em que for apresentada a declaração correspondente ao ano em que ocorreu o óbito não tiver sido ainda atribuído o número de identificação da herança indivisa, poderá ser indicado (campo 04) o número de identificação fiscal do autor da herança.

QUADRO 5 APURAMENTO DO RENDIMENTO LÍQUIDO - REGIME SIMPLIFICADO  
Sempre que a determinação dos rendimentos empresariais e profissionais (categoria B do IRS), respeitantes a herança indivisa, se deva realizar com base na aplicação das regras do regime simplificado, o apuramento do rendimento líquido a imputar será de efectuar neste quadro.  
Campo 501 - Deve incluir o total dos rendimentos líquidos declarados nos campos 401, 402, 409 e 411 do quadro 4 do anexo B.  
Campo 502 - Deve incluir o total dos rendimentos declarados nos campos 403, 404, 405 e 410 do quadro 4 do anexo B.  
Campo 503 - Da aplicação dos coeficientes resultam os rendimentos líquidos, cujo total será imputado aos respectivos titulares no quadro 7. Porém, se da aplicação destes coeficientes resultar um rendimento líquido inferior ao montante igual a metade do valor anual do salário mínimo nacional mais elevado, será este o valor que deve ser imputado aos respectivos herdeiros.

QUADRO 6 REGIME DE CONTABILIDADE ORGANIZADA - ANEXO C  
No campo 801 ou 802 deve ser indicado o valor correspondente ao prejuízo ou lucro inscritos, respectivamente, nos campos 435 ou 436 do anexo C.

QUADRO 7 IMPUTAÇÃO DE RENDIMENTOS, DEDUÇÕES À COLECTA E TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA  
Destina-se à identificação dos titulares dos rendimentos (NIF), à indicação dos rendimentos líquidos e das deduções à colecta a imputar a cada um dos herdeiros, bem como do valor do imposto a imputar resultante da aplicação das regras de tributação autónoma consignadas no quadro 8.  
Campos 701 a 710 - São indicados os titulares da herança indivisa, bem como os rendimentos, de acordo com a sua natureza, e as deduções à colecta imputadas a cada um de acordo com a sua quota-parte na herança.  
No ano em que ocorreu o óbito, deve também ser indicado o cônjuge falecido, tendo em vista a indicação dos rendimentos, por ele auferidos, no período compreendido entre 1 de Janeiro e a data do óbito.  
Na imputação dos rendimentos líquidos apurados de acordo com o regime simplificado (anexo B), será de considerar que os rendimentos respeitantes aos herdeiros são os obtidos depois da data do óbito. Se os rendimentos líquidos forem apurados no anexo C, a parte correspondente aos herdeiros determina-se em função do número de dias que decorreu desde a data do óbito até 31 de Dezembro.  
Cada um dos titulares da herança indivisa deverá declarar, no anexo D, os rendimentos e deduções que lhes foram imputados, conforme consta neste anexo, bem como o valor do imposto apurado por aplicação das regras de tributação autónoma sobre despesas (quadro 8 - anexo D). No ano em que ocorreu o óbito, o cônjuge sobrevivente deverá declarar, no anexo D, os rendimentos e deduções que lhe foram imputados, conjuntamente com os respeitantes ao cônjuge falecido.

QUADRO 8 TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA SOBRE DESPESAS  
Devem ser indicados os valores das despesas incorridas pela herança indivisa que possua ou deva possuir contabilidade organizada, cuja natureza a seguir se discrimina, sujeitas a tributação autónoma às taxas que se encontram patentes em cada um dos campos que integram este quadro.  
Campo 801 - Despesas confidenciais ou não documentadas, suportadas no âmbito do exercício de actividades empresariais e profissionais (art. 73.º, n.º 1, do CIRS).  
Campo 802 - Encargos dedutíveis relativos a despesas de representação (art. 73.º, n.º 2, do CIRS).  
Campo 803 - Encargos dedutíveis com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, motos e motocicletas, suportados no âmbito do exercício de actividades empresariais ou profissionais, excepto as afectas à exploração de serviço público de transportes ou de aluguer (art. 73.º, n.º 2, do CIRS).  
Campo 804 - Despesas correspondentes a importâncias pagas ou devidas, a qualquer título, a pessoas singulares ou colectivas residentes fora do território português e a submeter a um regime fiscal claramente mais favorável, tal como definido para efeitos de IRC (art. 73.º, n.º 6, do CIRS).  
Campo 805 - Encargos dedutíveis relativos a despesas com ajudas de custo e com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador, ao serviço da entidade patronal, não facturadas a clientes, escrituradas a qualquer título, excepto na parte em que haja lugar a tributação em sede de IRS na esfera do respectivo beneficiário, bem como os encargos da mesma natureza, que não sejam dedutíveis nos termos da alínea 7 do n.º 1 do art. 42.º do CIRS, suportados por sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal no exercício a que os mesmos respeitam (art. 73.º, n.º 7, do CIRS). Sendo aplicável o regime simplificado na determinação do rendimento líquido, não haverá lugar a tributação autónoma sobre as despesas referidas nos campos 802, 803 e 805.

Assinaturas  
O anexo deve ser assinado pelo cabeça-de-casal, administrador da herança ou por um seu representante ou gestor de negócios. A falta de assinatura é motivo de recusa da declaração.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPÓSTOS  
DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS  
MODELO 3  
Anexo J  
(Herança estrangeira)

2 ANO DOS RENDIMENTOS  
01 2

RESERVADO À LEITURA ÓPTICA

3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)  
SUJEITO PASSIVO A NIF 02  
SUJEITO PASSIVO B NIF 03

4 IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DO RENDIMENTO  
NIF 04

5 RENDIMENTOS OBTIDOS NO ESTRANGEIRO  
NATUREZA DO RENDIMENTO SEGURANÇA SOCIAL MONTANTE DO RENDIMENTO IMPOSTO PAGO NO ESTRANGEIRO IMPOSTO RETIDO EM PORTUGAL

6 RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES INCLuíDOS NO QUADRO 4  
Rendimento Bruto N.º anos  
Rendimento Bruto N.º anos

7 IMPOSTO RETIDO EM PORTUGAL - ENTIDADES RETENTORAS DE IRS  
RETEÇÕES IRS NIF DA ENTIDADE RETENTORA  
RETEÇÕES IRS NIF DA ENTIDADE RETENTORA

8 O DECLARANTE, REPRESENTANTE LEGAL OU GESTOR DE NEGÓCIOS  
Assinatura

Modelo n.º 1913 (Estatuto da NDM, S.A.)

DISCRIMINAÇÃO DOS RENDIMENTOS OBTIDOS NO ESTRANGEIRO									
IDENTIFICAÇÃO DO PAÍS			MONTANTE DO RENDIMENTO	IMPOSTO PAGO NO ESTRANGEIRO					
NÚMERO DO CAMPO DO QUADRO 4	INSTALAÇÃO FIXA			NO PAÍS DA FONTE		NO PAÍS DO AGENTE PAGADOR			
	SM	NÃO		VALOR	CÓDIGO DO PAÍS	VALOR			
	801								
	802								
	803								
	804								
	805								
	806								
	807								
	808								
	809								
	810								
	811								
	812								
	813								
	814								
	815								
	816								
	817								
	818								
	819								
	820								
	821								
	822								
	823								
	824								
	825								
	826								
	827								
	828								
	829								
	830								
	831								
	832								
TOTAL									

Na segunda coluna (Imposto Pago no Estrangeiro) deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

Na terceira coluna (Imposto Retido em Portugal) deve ser indicado o valor que, eventualmente, tenha sido retido em território português e que tenha a natureza de pagamento por conta do imposto devido à final.

Tendo havido retenção de IRS em Portugal deve proceder-se à identificação, no quadro 8, das entidades retentoras e à indicação do imposto retido.

**Campo 407** – Dividendos ou lucros derivados de participações sociais que foram sujeitos a retenção em Portugal

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser indicados os rendimentos (líquidos) de participações sociais (lucros ou dividendos), devidos por entidades não residentes e pagos por entidades residentes que foram sujeitos a retenção de IRS, nos termos da parte final da b) do n.º 2 do art. 101.º do CIRIS.

Os rendimentos desta natureza que não foram sujeitos a retenção em Portugal são de incluir no campo 420.

Os rendimentos distribuídos por entidades residentes noutro Estado membro da União Europeia que preencham os requisitos e condições estabelecidos no art. 2.º da Directiva n.º 90/435/CEE, de 23 de Julho, serão declarados por 50% do seu valor, conforme dispõe o n.º 4 do art. 40.º-A do CIRIS.

Na segunda e terceira colunas devem ser indicados, respectivamente, o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos e o valor que foi retido em território português.

A opção (ou não) pelo englobamento destes rendimentos deve ser indicada nos campos 1 ou 2 na parte final deste quadro.

Tendo havido retenção de IRS em Portugal deve proceder-se à identificação, no quadro 8, das entidades retentoras e à indicação do imposto retido.

**Campo 408** – Juros ou rendimentos de créditos de qualquer natureza

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser declarados os juros ou rendimentos de créditos de qualquer natureza.

Os rendimentos sujeitos a retenção na fonte no país do agente pagador nos termos da Directiva da Poupança (n.º 2003/48/CE), devem ser declarados no campo 419, discriminando-se os valores das respectivas retenções no quadro 8.

Na segunda coluna deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

**Campo 409** – Royalties e Assistência Técnica

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser indicadas as retribuições de qualquer natureza atribuídas pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor, quando não auferidas pelo titular do direito, de uma patente, de uma marca de fabrico ou de um processo secreto, bem como pelo uso ou pela concessão do uso de um equipamento industrial, comercial ou científico ou por informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico.

Na segunda coluna deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

**Campo 410** – Rendimentos de valores mobiliários, excepto lucros

A primeira coluna (Montante do Rendimento) destina-se à indicação dos rendimentos de valores mobiliários devidos por entidades não residentes e pagos por entidades residentes ou com estabelecimento estável em território português, previstos na parte inicial da alínea b) do n.º 2 do art. 101.º do CIRIS.

Os lucros ou dividendos devem ser declarados no campo 407.

A opção pelo englobamento assinalada no campo 1 abrange não só os rendimentos constantes do campo 410, como também os que constarem nos campos 407 e 414.

Na segunda e terceira colunas devem ser indicados, respectivamente, o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos e o valor que, eventualmente, possa ter sido retido em território português e que tenha a natureza de pagamento por conta do imposto devido à final.

Tendo havido retenção de IRS em Portugal deve proceder-se à identificação, no quadro 8, das entidades retentoras e à indicação do imposto retido.

**Campo 411** – Rendimentos de outras aplicações de capitais

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser declarados os rendimentos de outras aplicações de capitais, os quais, estando sujeitos a retenção na fonte no país do agente pagador nos termos da Directiva da Poupança (n.º 2003/48/CE), devem ser declarados no campo 418, discriminando-se os valores das respectivas retenções no quadro 6.

Na segunda coluna deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

**Campo 412** – Rendimentos Prediais

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) deve ser indicado o rendimento líquido das despesas suportadas com a conservação e manutenção dos mesmos, mas líquido de imposto pago no estrangeiro.

Na segunda coluna deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

**Campo 413** – Mais-valias ou ganhos derivados da alienação de bens imóveis

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser indicados os rendimentos de mais-valias respeitantes a mais-valias obtidas com a alienação de bens imóveis líquidas de imposto pago no estrangeiro.

Na segunda coluna deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

**Campo 414** – Mais-valias ou ganhos derivados da alienação de valores mobiliários

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) deve ser indicado o saldo entre as mais-valias e menos-valias (líquido de imposto pago no estrangeiro), resultante das operações previstas nas alíneas b), e) f) e g) do n.º 1 do art. 10.º O saldo positivo é tributado autonomamente à taxa de 10%, sem prejuízo do seu englobamento, por opção dos respectivos titulares residentes em território português (n.º 4 e 6 do art. 72.º do CIRIS), e finalizar no campo 1, no final deste quadro.

Na segunda coluna deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

**Campo 415** – Outros incrementos patrimoniais

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser indicados os valores respeitantes aos acréscimos patrimoniais, nomeadamente as indemnizações e as importâncias recebidas, pela assunção de obrigações de não concorrência.

Na segunda coluna deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

**Campo 416** – Pensões

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser inscritos os valores brutos de pensões (líquidos de imposto suportado no estrangeiro) que não sejam pagos em consequência do exercício de cargo público anterior.

Na segunda coluna deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

ANEXO J

Destina-se a declarar os rendimentos obtidos, por residentes, fora do território português.

Deve ser acompanhado de documento (ou fotocópia autenticada) emitido pela autoridade fiscal do país de origem dos rendimentos, comprovando o seu montante e o valor do imposto pago no estrangeiro. Se a entrega se realizar através da Internet deve o documento ser remetido para o Serviço de Finanças da área do domicílio fiscal dos sujeitos passivos.

Caso não seja possível ao sujeito passivo obter, atempadamente, o documento da autoridade fiscal, deverá, este, logo que emitido, ser remetido ao referido Serviço de Finanças.

• QUEM DEVE APRESENTAR O ANEXO J

Os sujeitos passivos residentes quando estes ou os dependentes que integram o agregado familiar, no ano a que respeita a declaração, tenham obtido rendimentos fora do território português.

• QUANDO E ONDE DEVE SER APRESENTADO O ANEXO J

Nos prazos e locais previstos para apresentação da declaração de rendimentos modelo 3, da qual faz parte integrante.

QUADRO 3 – IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

Este anexo é individual e em cada um apenas podem constar os elementos respeitantes a um titular, o qual deverá englobar a totalidade dos rendimentos obtidos fora do território português, sendo os obtidos no território português declarados nos anexos respectivos.

QUADRO 3A – IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DO RENDIMENTO

**Campo 04** – Destina-se à identificação do titular dos rendimentos obtidos fora do território português.

Havendo sociedade conjugal, no ano em que ocorreu o óbito de um dos cônjuges os rendimentos respeitantes ao falecido deverão ser declarados neste anexo, figurando como titular o cônjuge sobrevivente (sujeito passivo A).

QUADRO 4 – RENDIMENTOS OBTIDOS NO ESTRANGEIRO

Em cada um dos campos deste quadro deverá ser inscrito o rendimento **líquido** do imposto pago no estrangeiro, segundo a sua natureza, bem como o imposto efectivamente suportado correspondente a esses rendimentos.

Campo 401 – Trabalho dependente

Na primeira coluna (Segurança Social) devem ser indicadas as contribuições obrigatórias para regimes de segurança social que incidiram sobre as respectivas remunerações do trabalho dependente, quando devidamente comprovadas.

Na segunda coluna (Montante do Rendimento) deverão ser inscritos os rendimentos brutos do trabalho dependente (líquidos de imposto pago e outras deduções), **com excepção** dos provenientes do exercício de funções públicas, uma vez que estes deverão ser indicados no campo 402.

Na terceira coluna (Imposto Pago no Estrangeiro) deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país de origem dos rendimentos.

Na quarta coluna (Imposto Retido em Portugal) deve ser indicado o valor que, eventualmente, possa ter sido retido em território português e que tenha a natureza de pagamento por conta do imposto devido à final.

Tendo havido retenção de IRS em Portugal deve proceder-se à identificação, no quadro 8, das entidades retentoras e à indicação do imposto retido.

Campo 402 – Remunerações públicas

Na primeira coluna (Segurança Social) devem ser indicadas as contribuições obrigatórias para regimes de segurança social que incidiram sobre as respectivas remunerações, quando devidamente comprovadas.

Na segunda coluna (Montante do Rendimento) deverão ser inscritos os rendimentos brutos do trabalho dependente (líquidos de imposto pago e outras deduções), provenientes do exercício de funções públicas. As remunerações públicas pagas pelo Estado Português devem ser declaradas no anexo A.

Na terceira coluna (Imposto Pago no Estrangeiro) deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade do país de origem dos rendimentos.

**Campo 403, 404 e 405** – Trabalho independente; rendimentos comerciais e industriais; agrícolas, silvícolas ou pecuárias

Devem ser indicados em cada campo (primeira coluna – montante do rendimento) os rendimentos conformes a sua natureza, líquidos do imposto pago no estrangeiro.

Na segunda coluna (Imposto Pago no Estrangeiro) deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país de origem dos rendimentos.

Na terceira coluna (Imposto Retido em Portugal) deve ser indicado o valor que, eventualmente, possa ter sido retido em território português e que tenha a natureza de pagamento por conta do imposto devido à final.

Tendo havido retenção de IRS em Portugal deve proceder-se à identificação, no quadro 8, das entidades retentoras e à indicação do imposto retido.

**Campo 406** – Direitos da Propriedade Intelectual e Industrial (titular originário)

Devem ser indicados neste campo os rendimentos provenientes da propriedade intelectual e industrial que tenham sido auferidos pelo titular originário. Os rendimentos de propriedade intelectual que beneficiam da isenção consagrada no art. 56.º do EBF (50% do rendimento com o limite de € 27 194) devem ser indicados pelo valor sujeito e não isento, que corresponde a 50% do rendimento, eventualmente acrescido do valor que exceder o limite de isenção.

A parte isenta deve ser indicada no campo 421 que se encontra no fim do quadro.

Exemplo 1:  
Rendimento: € 80 000,00

50% x 80 000 = 40 000  
Parte sujeita: 40 000 + (40 000 – 27 194) = 52 806  
Parte isenta: 27 194

Exemplo 2:  
Rendimento: € 10 000,00  
Parte sujeita: € 5 000,00  
Parte isenta: € 5 000,00

Campo 417 – Pensões públicas

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser indicados os rendimentos brutos (líquidos de imposto suportado no estrangeiro) pagos em consequência do exercício de cargo público anterior.

Na segunda coluna deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

Campo 418 – Rendimentos abrangidos pela Directiva da Poupança (Directiva n.º 2003/48/CE, de 3 de Junho)

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser indicados os rendimentos sujeitos a retenção nos termos da Directiva da Poupança.

Na segunda coluna referente ao imposto pago no estrangeiro deve ser indicado o valor das retenções efectuadas nos termos da legislação do país da fonte e nos termos da Directiva da Poupança. Os rendimentos e as respectivas retenções devem ser discriminados no quadro 6.

Os países ou territórios que efectuam retenção na fonte nos termos da Directiva da Poupança são os seguintes:

Estados membros: Áustria, Luxemburgo e Bélgica;  
Países Terceiros: Andorra, Liechtenstein, Mónaco, São Marino e Suíça;  
Territórios dependentes ou associados: Antilhas Holandesas, Guernsey, Jersey, Ilha de Man, Ilhas Turcas e Caicos e Ilhas Virgens Britânicas.

São abrangidos pela Directiva da Poupança os seguintes rendimentos:

- Juros pagos ou creditados em conta referentes a créditos de qualquer natureza, com ou sem garantia hipotecária e com direito ou não a participar nos lucros do devedor, nomeadamente os rendimentos da dívida pública e de obrigações de empréstimos, incluindo prémios atinentes a esses títulos;

- Juros vencidos ou capitalizados realizados na altura da cessação, do reembolso ou do resgate dos créditos referidos no ponto anterior;

- Rendimentos provenientes de pagamentos de juros, que estes sejam efectuados directamente, quer por intermédio de uma entidade referida no n.º 2 do art. 4.º da Directiva da Poupança (n.º 2003/48/CE), distribuídos por:

i) Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários (ICVM) autorizados nos termos da Directiva n.º 85/611/CEE;

ii) Entidades que beneficiam da possibilidade prevista no n.º 3 do art. 4.º da Directiva da Poupança;

iii) Organismos de investimento colectivo estabelecidos fora do território referido no art. 7.º da Directiva da Poupança.

- Rendimentos da cessação, do reembolso ou do resgate de partes ou unidades de participação nos organismos e entidades atrás mencionadas, caso tenham investido, directa ou indirectamente, por intermédio de outros organismos de investimento colectivo ou autoridades mais de 40% do seu activo em créditos referidos no ponto inicial.

No quadro 8 deve proceder-se à identificação das entidades retentoras de IRS, no âmbito do imposto retido em Portugal, bem como à indicação dos respectivos valores retidos.

Campo 419 – Rendas temporárias ou vitalícias

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser indicados os rendimentos auferidos a título de rendas temporárias ou vitalícias, nos campos 403, 404 e 405.

Campo 420 – Dividendos ou lucros que não foram sujeitos a retenção em Portugal

Neste campo devem ser declarados os rendimentos auferidos nos termos e nas condições referidas no campo 407, mas que não foram sujeitos a retenção na fonte em Portugal.

A opção (ou não) pelo englobamento deve ser manifestada nos campos 3 ou 4 na parte final deste quadro.

Campo 421 – Rendimentos da Propriedade Intelectual Isentados Parcialmente – Art.º 56.º do EBF

Destina-se este espaço à indicação da parte isenta dos rendimentos da propriedade intelectual, sendo a parte sujeita e não isenta mencionada no campo 406.

QUADRO 5 – SOCIEDADE CONJUGAL – RENDIMENTOS DO CÓNJUGE FALECIDO

Havendo sociedade conjugal, no ano em que ocorreu o óbito de um dos cônjuges (campo 1 do quadro 7A do resto da Declaração modelo 3 preenchido), deverá indicar o rendimento bruto das categorias A e H (líquido de imposto pago no estrangeiro) auferido pelo cônjuge falecido e as respectivas contribuições obrigatórias, que constarão igualmente no quadro 4 deste anexo.

QUADRO 6 – DISCRIMINAÇÃO DOS RENDIMENTOS OBTIDOS NO ESTRANGEIRO

No preenchimento deste quadro, deve mencionar na primeira coluna o campo do quadro 4 onde os rendimentos foram declarados.

Na segunda coluna (instalação fixa) deve assinalar com a sigla X se possui ou não instalação fixa no país da fonte dos rendimentos declarados nos campos 403, 404 e 405.

Na terceira coluna, deverá ser identificado o código do país da fonte dos rendimentos (consultar tabela na final destas instruções).

Na quarta coluna, deve indicar o rendimento obtido no país identificado na coluna anterior.

Na quinta coluna, deve indicar o imposto suportado no país da fonte.

A sexta e sétima colunas ("No País do Agente Pagador/Directiva da Poupança n.º 2003/48/CE", "Código do país", "valor") só devem ser preenchidas no caso de ter havido lugar a retenção na fonte nos termos da Directiva da Poupança (Directiva n.º 2003/48/CE), cujos rendimentos e retenções foram mencionados no **campo 418**. Neste caso deve indicar o código do país que efectuou a respectiva retenção na fonte e o seu valor.

Os países ou territórios que efectuam retenções nos termos da referida directiva são os referidos nas instruções do campo 418.

QUADRO 7 – RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES INCLuíDOS NO QUADRO 4

Os sujeitos passivos que tenham auferido rendimentos de trabalho dependente ou pensões relativos a anos anteriores (declarados nos campos 401 e 416), poderão, caso pretendam beneficiar do desagregamento de taxa previsto no art. 74.º do CIRIS, indicar, nos campos 701 e 702, o valor desses rendimentos e o número de anos a que respectam.

QUADRO 8 – IMPOSTO RETIDO EM PORTUGAL – ENTIDADES RETENTORAS DE IRS

**Campo 801 e 806** – Retenções de IRS e NIF da Entidade Retentadora

Destina-se a identificação fiscal das entidades que efectuaram retenção de IRS em Portugal e do valor do imposto retido.

Assinaturas

O anexo deve ser assinado pelos sujeitos passivos ou por um seu representante ou gestor de negócios. A falta de assinatura constitui motivo de recusa da declaração.

LISTA DE PAÍSES, TERRITÓRIOS OU REGIÕES E RESPECTIVOS CÓDIGOS					
PAÍS	CÓDIGO	PAÍS	CÓDIGO	PAÍS	CÓDIGO
Albania	004	Filipinas	608	Montserrat	500
África do Sul	710	Finlândia	246	Namíbia	516
Albânia	008	Franga	250	Nepal	524
Alemanha	276	Gibraltar	292	Nicarágua	508
Andorra	020	Grécia	308	Nigéria	558
Angola	024	Gronelândia	300	Noruega	578
Antigua e Barbuda	660	Guadalupe	312	Nova Zelândia	540
Antilhas Holandesas	028	Guatemala	320	Países Baixos	554
Arábia Saudita	530	Guernsey	328		528
Argélia	682	Guiné	344	Panamá	591
Argentina	012	Guiné-Bissau	324	Paquistão	588
Aruba	032	Haiti	624	Paraguai	600
Austrália	533	Honduras	226	Peru	604
Austria	036	Hong-Kong	332	Polónia Francesa	258
Baamas	040	Hungria	340	Polónia	616
Bahrein	044	Índia	344	Porto Rico	630
Barbados	048	Indonésia	348	Quênia	404
Bélgica	052	Irão, República Islâmica	945	Reino Unido	826
Bermudas	056	Irque	358	República Democrática do Congo	180
Bielorrússia	060	Írlanda	360	Roménia	642
Bolívia	112	Israel	352	Rússia (Federação da)	646
Braçil	068	Itália	360	Sara Ocidental	643
Bulgária	076	Jamaica	364	Salomão, Ilhas	690
Cabo Verde	132	Japão	388	Santa Lúcia	682
Caiana, Ilhas	136	Jordânia	392	São Marino	674
Camárões	120	Coreia do Sul	396	São Tomé e Príncipe	678
Canadá	124	Costa Rica	376	São Vicente e Granadinas	670
Chade	148	Costa Rica	380	Senegal	688
Checa, República	203	Costa Rica	388	Serra Leoa	694
Chile	152	Costa Rica	392	Seychelles	690
China	156	Costa Rica	400	Singapura	702
Chipre	196	Costa Rica	891	Síria, República Árabe da	760
Colômbia	170	Costa Rica	414	Somália	706
Congo	178	Costa Rica	428	Suécia	736
Cook, Ilhas	184	Costa Rica	422	Suécia	752
Coreia, República da	410	Costa Rica	430	Suíça	756
Coreia, República Popular da	408	Costa Rica	438	Taiwan	764
Costa do Marfim	384	Costa Rica	440	Taiwan (Formosa)	158
Costa Rica	188	Costa Rica	442	Tanzânia, República Unida da	634
Cuba	192	Costa Rica	446	Timor-Leste	626
Dinamarca	208	Costa Rica	450	Togo	788
Dominica, República	214	Costa Rica	458	Turquia e Caicos, Ilhas	796
Dominica	212	Costa Rica	462	Turquia	792
Egipto	818	Costa Rica	470	Ucrânia	804
El Salvador	222	Costa Rica	580	Uganda	800
Emirados Árabes Unidos (EAU)	784	Costa Rica	504	Uruguai	858
Ecuador	218	Costa Rica	584	Vaticano, Estado da Santa Sé	336
Eslavaquia, República da	703	Costa Rica	480	Venezuela	862
Eslovénia	706	Costa Rica	478	Vietname	704
Espanha	724	Costa Rica	484	Zâmbia	894
Estados Unidos da América	840	Costa Rica	508	Zimbábue	716
Estónia	233	Costa Rica	492	Outros	999
Fiji	242	Costa Rica	496		

## Portaria n.º 11/2007

de 4 de Janeiro

A fim de dar cumprimento à obrigação declarativa a que se referem os artigos 119.º, n.º 1, alíneas c) e d), do Código do IRS e 120.º do Código do IRC e tendo sido introduzidos alguns aperfeiçoamentos na concepção do modelo declarativo e respectivas instruções de preenchimento, visando essencialmente torná-lo mais consentâneo com a realidade e adaptá-lo às alterações legislativas introduzidas;

De harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 144.º do Código do IRS, os suportes e os procedimentos relativos à utilização dos modelos oficiais para cumprimento de obrigações declarativas, aprovados nos termos do n.º 2, são definidos por portaria do Ministro das Finanças:

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro de Estado e das Finanças e da Administração Pública, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro, e do n.º 1 do artigo 144.º do Código do IRS, o seguinte:

1.º É aprovada a declaração modelo n.º 10 para cumprimento da obrigação declarativa a que se referem as alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 119.º do Código do IRS e o artigo 120.º do Código do IRC e respectivas instruções de preenchimento, anexas à presente portaria.

2.º Os impressos aprovados constituem modelo exclusivo da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., e, quando entregues em suporte de papel, integram original e duplicado, devendo este ser devolvido ao apresentante no momento da recepção, depois de devidamente autenticado.

3.º Estão obrigados ao envio por transmissão electrónica de dados da declaração a que se refere o número anterior:

- Todos os sujeitos passivos de IRC, ainda que isentos, subjectiva ou objectivamente;
- Os sujeitos passivos de IRS titulares de rendimentos empresariais ou profissionais.

4.º As pessoas singulares que, não tendo auferido rendimentos empresariais, estejam obrigadas a cumprir a obrigação declarativa acima referida, podem optar por fazê-lo através de transmissão electrónica de dados ou em suporte de papel.

5.º As entidades que procedem ao envio através de transmissão electrónica de dados devem:

- Efectuar o registo, caso ainda não disponham de senha de acesso, através da página «Declarações electrónicas» no endereço [www.e-financas.gov.pt](http://www.e-financas.gov.pt);
- Possuir um ficheiro com as características e estrutura de informação, a disponibilizar no mesmo endereço;
- Efectuar o envio de acordo com os procedimentos indicados na referida página.

6.º Quando for utilizada a transmissão electrónica de dados, a declaração considera-se apresentada na data em que é submetida, sob condição de correcção de eventuais erros no prazo de 30 dias. Se, findo este prazo, não forem corrigidos os erros detectados, a declaração é considerada sem efeito.

7.º Os impressos aprovados pela presente portaria devem ser utilizados a partir de 1 de Janeiro de 2007.

8.º É revogada a Portaria n.º 1145/2004, de 30 de Outubro.

Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *Emmanuel Augusto dos Santos*, Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, em 2 de Janeiro de 2007.

RENDIMENTOS E RETENÇÕES		RESERVADO A LEITURA ÓPTICA	
1 SERVIÇO DE FINANÇAS DA ÁREA DO DOMICÍLIO		Código do Serviço de Finanças 01	
DECLARAÇÃO		2 NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL 02	3 ANO 03
4 IMPORTÂNCIAS RETIDAS		5 RELAÇÃO DOS TITULARES DOS RENDIMENTOS	
TIPO DE RENDIMENTOS / RETENÇÕES NÃO LIBERATÓRIAS		VALOR	
A - TRABALHO DEPENDENTE		01	
B - RENDIMENTOS EMPRESARIAIS E PROFISSIONAIS		02	
C - OUTROS RENDIMENTOS DE CAPITALIS		03	
D - SALDOS CREDORES C/C (Art. 12.º-A, n.º 3, alínea a), do Decreto-Lei n.º 42/91, de 22 de Janeiro)		04	
E - PREDAIS		05	
F - INCREMENTOS PATRIMONIAIS		06	
G - PENSÕES		07	
RETENÇÕES DE IRC (Art. 88.º do CIRCI)		08	
SOMA (01 a 08)		09	
RETENÇÕES A TAXAS LIBERATÓRIAS		10	
COMPENSAÇÕES DE IRS/IRC		11	
TOTAL (09 + 10 - 11)		12	
6 TIPO DE DECLARAÇÃO		7 IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO OU REPRESENTANTE LEGAL E DO T.O.C.	
1.ª Declaração do ano 01		Declaração de substituição 02	
Declaração apresentada nos termos da alínea d), n.º 1, art. 119.º do CIRCI		Data do facto que determinou a obrigação de declarar ou alterar rendimentos já declarados 04	
NIF DO TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS 01		NIF DO SUJEITO PASSIVO OU REPRESENTANTE LEGAL 02	
DATA		ASSINATURA	
8 RESERVADO AOS SERVIÇOS		9 TRATAMENTO INFORMÁTICO	
DATA DA RECEPÇÃO		LOTE	
AUTENTICAÇÃO DA RECEPÇÃO		NÚMERO	